

MUNICÍPIO DE ARGANIL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

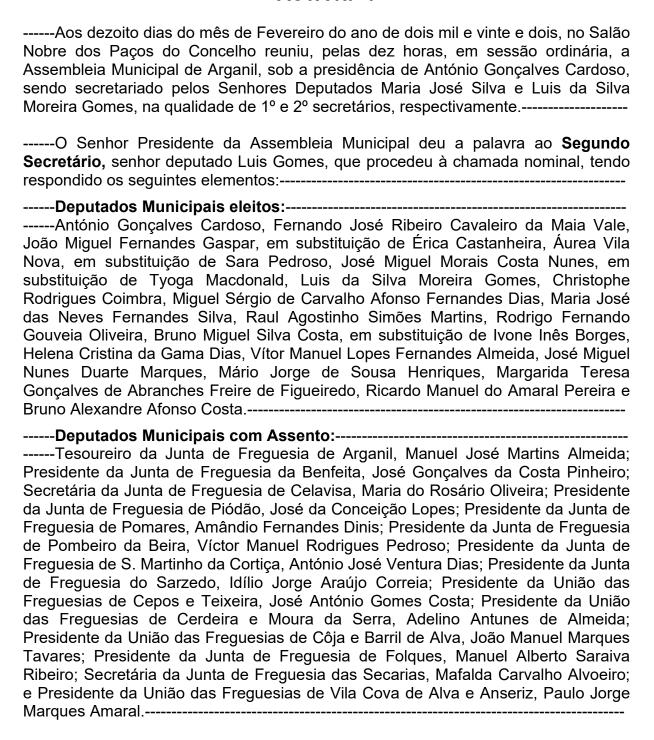
realizada

em

18 de Fevereiro de 2023



ACTA N.º 1





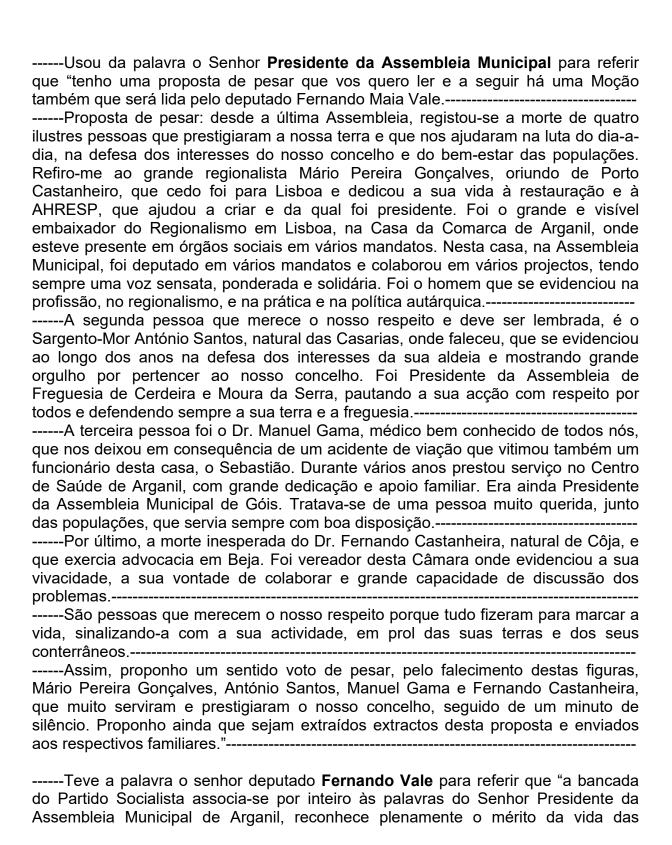
-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Maria José Silva, para referir que "recebemos, da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para inauguração simbólica do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, por ocasião do 375º aniversário daquela instituição; da Associação Filarmónica de Arganil, convite para um Concerto de início das comemorações do 170º aniversário daquela Associação Filarmónica; da Comissão de Melhoramentos do Agroal, envio de postal de Boas Festas; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, convite para participação no questionário "Descentralização da Saúde nos Municípios Portugueses e a Percepção das Assembleias Municipais; da Assembleia Municipal da Lourinhã, envio de votos de Boas Festas; da Assembleia Municipal da Gondomar, envio de votos de Boas Festas; da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (Presidente e Secretário-Geral), envio de votos de Boas Festas; da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, envio de votos de Boas Festas; de A Comarca de Arganil, convite para cerimónia de lançamento oficial da obra "Poemas ao Acaso"; da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Côja, convite para comemorações do seu 60º aniversário; de Suzete Espinal, agradecimento pelo voto de pesar, exarado pela Assembleia Municipal, pelo falecimento do Dr. Nuno Espinal; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, convite para participação numa Conferência, para abordar "o papel do ROC no Município; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, envio de link e senha de acesso para aceder à Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais RAMEL 24; de Patrícia Lopes Ferreira, dos Parrozelos, em nome de vários pais/encarregados de educação, pedido de manutenção de transporte escolar, no percurso Tojo-Parrozelos-Moura da Serra-Côja; da ANAM -Associação Nacional de Assembleias Municipais, divulgação de Aviso "Investimentos em Infra-estruturas de Saúde"; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para homenagem póstuma ao Dr. Manuel Gama e a Sebastião Gonçalves; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, divulgação de Ações de Formação, em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações".-----

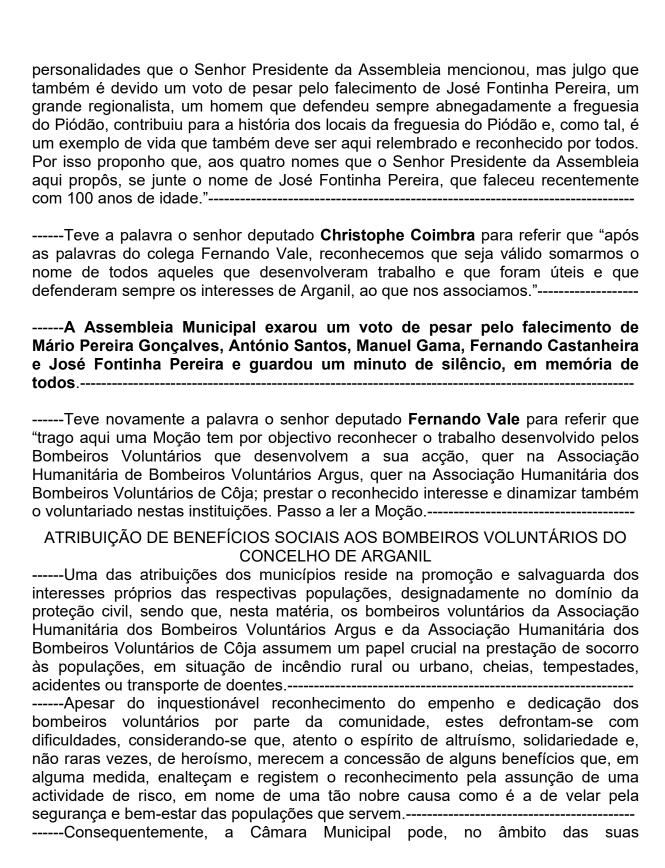
-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas das senhoras deputadas Tyoga Macdonald, Érica Castanheira, Ivone Inês Borges e Sara Pedroso e ainda dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Arganil, Secarias e Celavisa.------Faltaram também a senhora deputada Dora Lemos e o senhor deputado Luis Miguel Fontinha, não tendo apresentado pedido de justificação das faltas.-------

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA





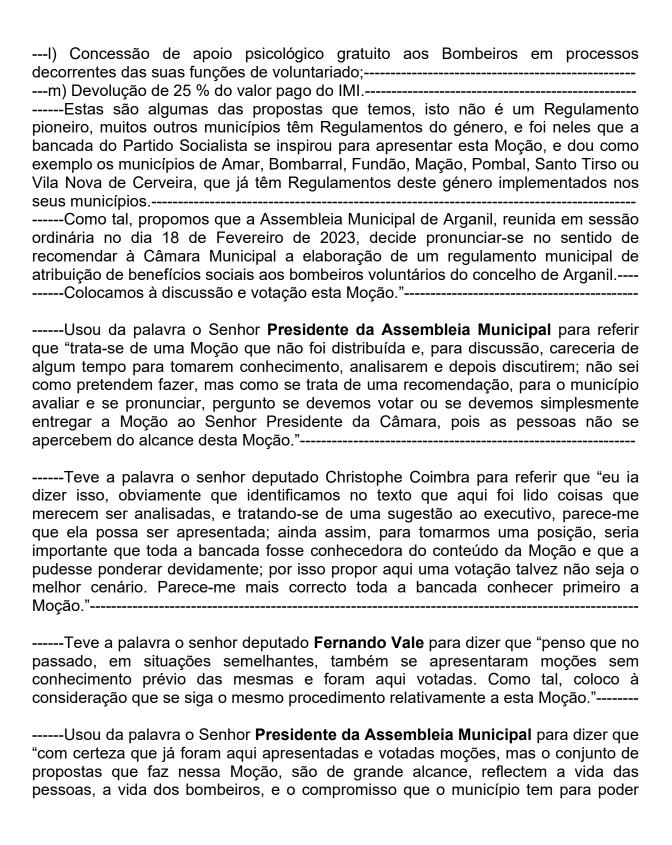




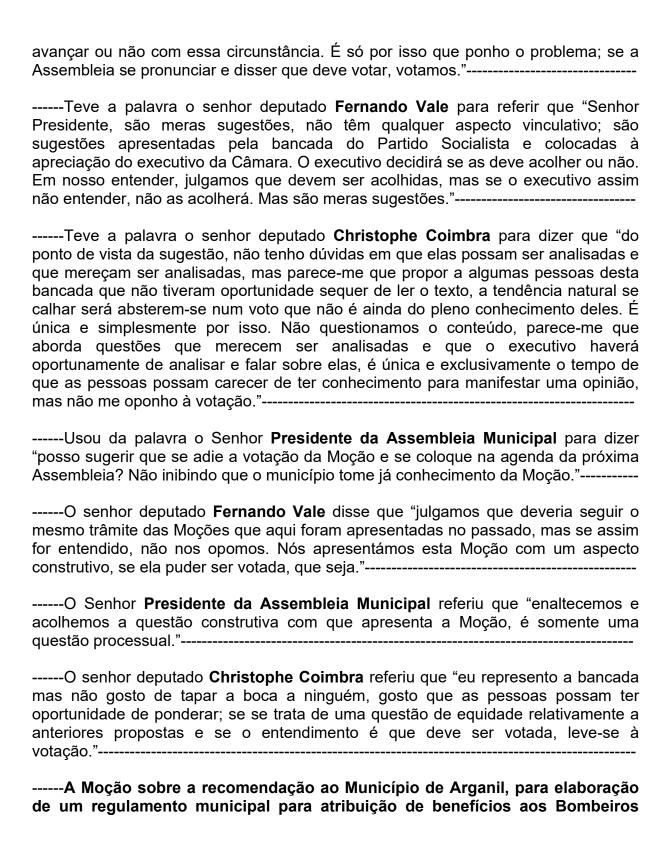


responsabilidades em matéria de Proteção Civil, contribuir para o incentivo ao reforço do quadro de bombeiros voluntários e à promoção de elementos moralmente motivados para a realização das suas missões que, voluntariamente, assumiram ao serviço da comunidade -----------A salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações é um papel indiscutível das autarquias, nomeadamente no domínio da proteção civil, constituindo uma atribuição própria dos municípios conforme estatuído no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual.----------No quadro das competências dos órgãos municipais, considerando o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual, compete à Câmara Municipal apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----Nestes termos, afigura-se pertinente a regulamentação da atribuição de um conjunto de benefícios sociais aos bombeiros voluntários do concelho de Arganil.----------Os benefícios sociais passíveis de ser atribuídos aos Bombeiros Voluntários do concelho poderão revestir, entre outras, as seguintes formas, mediante o cumprimento de determinados requisitos, a definir:--------a) Isenção no pagamento de taxas das licenças de construção, beneficiação e ampliação de casa para habitação própria e permanente, incluindo anexos e garagens, localizados na área do Município de Arganil;--------b) Isenção do pagamento de ramal de ligação à rede pública de saneamento e de abastecimento de água, destinados a habitação própria permanente do bombeiro;-------c) Aplicação de um desconto, de 30 % na tarifa de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos em habitação permanente (própria ou arrendada), na área do Município de Arganil;----------d) Acesso gratuito às piscinas municipais de Arganil, extensivo aos filhos de bombeiros:--------e) Concessão de apoio inicial para o encaminhamento jurídico em processos motivados por factos ocorridos no exercício das suas funções;--------f) Concessão de apoio jurídico e administrativo gratuito ao agregado familiar dos Bombeiros em processos de carácter social, decorrentes da morte ou ferimento do Bombeiro em serviço;---------g) Atribuição de apoio ao estudo ao bombeiro, no valor de 150,00€ mensais, para estudos no ensino superior, durante 10 meses (correspondente ao ano lectivo) e desde que tenham aproveitamento (transição de ano);--------h) Atribuição de apoio ao estudo, no valor de 75,00€ mensais, destinado aos filhos dos Bombeiros, para estudos no ensino superior, durante 10 meses (correspondente ao ano lectivo) e desde que tenham aproveitamento (transição de ano);--------i) Redução de 50 % no acesso às iniciativas de carácter desportivo e culturais promovidas/apoiadas pelo Município de Arganil;--------j) Subsídio de funeral, em caso de falecimento em serviço, no montante de 500,00€;-----

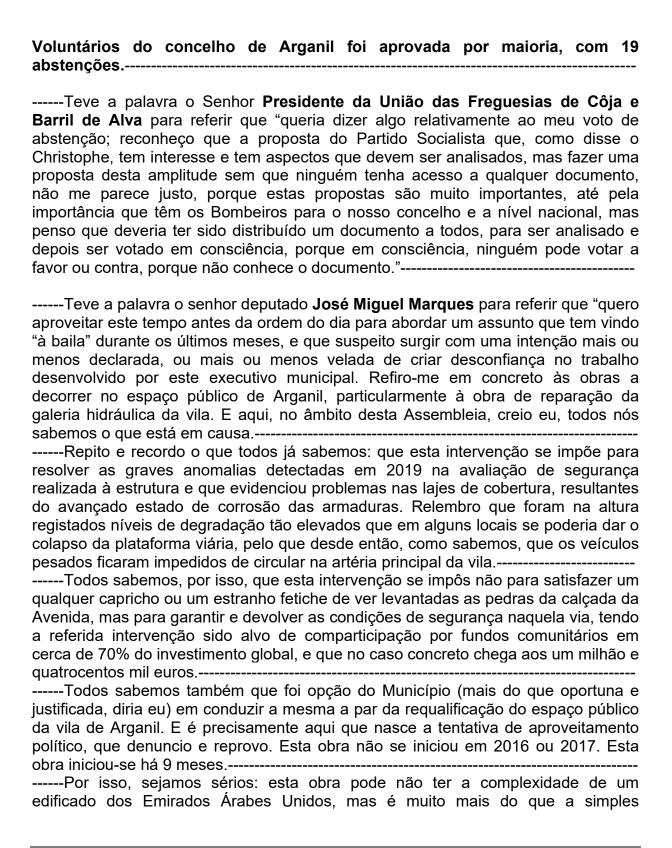










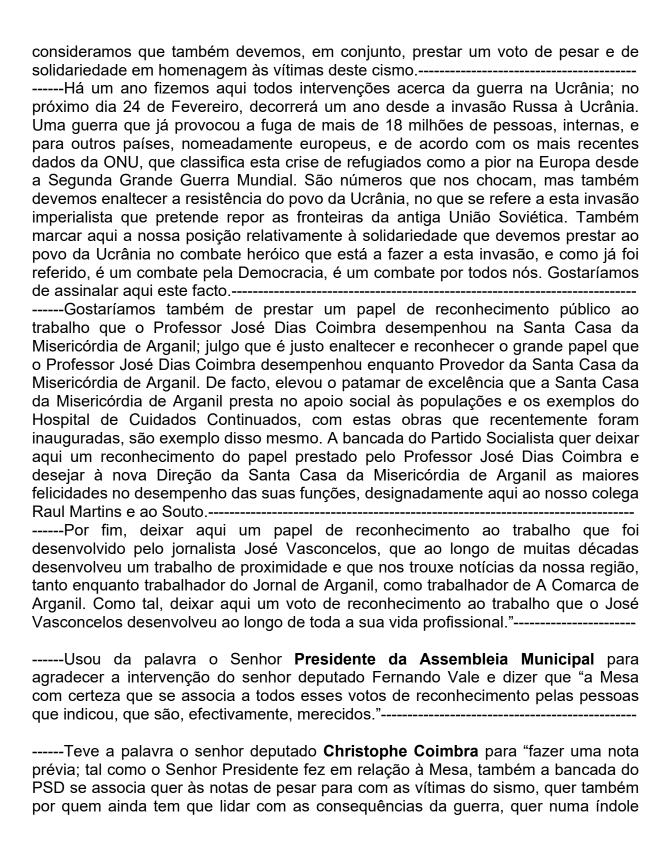




pavimentação da avenida, ou a simples requalificação de passeios, lugares de estacionamento ou execução de passadeiras. Esta obra, como bem sabemos, abrange também mas muito mais do que a construção de infra-estruturas de água e saneamento ao longo da Avenida.----------Portanto, se todos reconhecemos a sua complexidade, pare-se de fazer de conta que esta obra é uma pequena intervenção. Porque não o é e nunca foi dessa forma que foi encarada ou assumida pelo nosso executivo, como nos lembraremos por certo, pela forma transparente e cuidada com que foi anunciada há alguns meses aos arganilenses.-----aos arganilenses.----------Posto isto, poderão dizer-me que o problema que levanta esta discussão prende-se com o incumprimento do prazo que foi inicialmente apresentado. E que o atraso na conclusão da obra, nem que por um dia que seja, corresponde a um impacto e a um prejuízo directo nos munícipes e comerciantes. É factual. Ninguém o desmente. E penso que o executivo municipal assume humilde e frontalmente os constrangimentos causados por essa dilatação de prazos. Aliás, é também por isso que votaremos hoje as propostas constantes nos pontos sexto e sétimo da Ordem de Trabalhos.----------Contudo, no que toca ao cumprimento do prazo da obra, ignorar ou ocultar o impacto directo que a situação de extraordinária pluviosidade que se fez sentir nos meses anteriores teve no normal desenvolvimento dos trabalhos, é cair num discurso que eu percebo que seja fácil, tentador, mas pouco honesto. Por outro lado, misturar assuntos e intervenções, fazendo crer que a Avenida José Augusto de Carvalho está rasgada desde há seis ou sete anos é uma tentativa de aproveitamento e ludibriadamento que deve ser denunciada e repudiada. Muito obrigado."------

-----Teve a palavra o senhor deputado Fernando Vale para dizer que "também deveria ter feito esta intervenção na altura dos votos de pesar, mas a bancada do Partido Socialista também quer deixar aqui um voto de pesar pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria, um sismo que decorreu na madrugada do dia 6 de Fevereiro, com magnitude de 7.8, na escala de Richter e que devastou o sudeste da Turquia e o noroeste da Síria, provocando, juntamente com as réplicas que se seguiram, um cenário dantesco de destruição. O sismo causou cerca de 41 mil mortos até ao momento e o balanço deverá ainda aumentar, perspectivando-se a existência de muitas vítimas que continuam sob os escombros de dezenas de milhares de edifícios que ruíram. A magnitude de consequências de uma calamidade desta natureza, a maior na região desde há várias décadas, é difícil de traduzir. De acordo com o SEM estima-se que os sismos ocorridos terão um impacto negativo directo em dezenas de milhões de pessoas, de ambos os lados da fronteira, nomeadamente devido à destruição provocada em infra-estruturas civis e instalações hospitalares. Portugal, assim como outros países, tem ajudado no resgate de vítimas e sendo nós cidadãos do mundo e que não estamos alheios a estas tragédias,







diferente, por reconhecimento das individualidades que referiu do nosso concelho, que muito contribuíram para o seu engrandecimento. Associamo-nos integralmente.-------Queria, neste periodo antes da ordem do dia, de dar nota de dois breves assuntos que gostaria de partilhar com esta Assembleia:----------Na sessão da nossa Assembleia do passado dia 03 de Dezembro, terminei uma das minhas intervenções dizendo que dia 10 e 11 desse mês importava contar com todos. Disse que engrandecer a prova seria engrandecer Arganil. E Arganil engrandeceu. Refiro-me obviamente ao Desafio Picos do Açor.----------Hoje, sirvo-me de algumas palavras que não são minhas, mas sim de alguns dagueles que nos visitaram e usufruíram da prova:----------"Trail em estado puro", "Uma prova obrigatória para todos os amantes do Trail" "Beleza e dureza de mãos dadas" ou ainda "O próximo campeonato mundial de Trail que seja em Portugal é no Desafio Picos do Açor".----------Demonstrativo do impacto da prova é também a notícia do conhecido jornal desportivo Record, onde sobre o título "nem o mau tempo demoveu os aventureiros no regresso do Desafio Picos do Açor", é dito que "os mais de 1400 atletas provenientes de 12 países distintos desafiaram os exigentes trilhos de uma prova que voltou a ser de elevada qualidade e num cenário de beleza natural tão distinta. A título de curiosidade questiono: quantos eventos decorridos na nossa região conseguem ser notícia em meios de comunicação de dimensão nacional? Não são muitos, sabemos bem.-----------Achar que este evento tem o seu habitat natural em Arganil e que Arganil merece um evento deste calibre fizeram mais uma vez com que me associasse enquanto patrocinador e enquanto participante ao evento. No final para mim ficou por um lado a certeza que este é um evento de excelência que faz sentido apoiar e por outro uma valente dor de pernas.----------Ao município de Arganil, à Junta de Freguesia de Arganil e à Junta de Freguesia de Folques, renovo o meu agradecimento por apoiarem este evento. Podem e devem sentir orgulho por viabilizarem um evento capaz de promover tão bem o nosso território. Agradeço, mas faço também um pedido: Preciso da edição de 2023 para ver se melhoro o meu tempo nos 18 kms. Continuem, na medida do possível, a apoiar o Desafio Picos do Açor.----------Com uma ligação plena a este tema, introduzo o segundo tema que vos trago:--------No passado dia 07 de Janeiro o atleta Arganilense André Rodrigues sagrou-se Penta Campeão Nacional de Ultra Trail. O André, embaixador do Desafio Picos do Açor, embaixador da Serra do Açor, embaixador de Arganil, deixou ainda mais vincado o seu nome na modalidade em Portugal e no Mundo. Numa modalidade que tem cada vez mais praticantes e que consequentemente está cada vez mais competitiva, o André demonstrou de forma categórica que ainda continua a ser a referência em Portugal. Esta carreira carregada de títulos merece reconhecimento. Pelos títulos, mas também pela divulgação dos nossos territórios que transporta



associada a si e pelo exemplo inspirador que pode ser para todos os nossos jovens, os meus parabéns e o meu muito obrigado."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado Miguel Dias para referir que "queria partilhar convosco uma actividade que foi promovida pela Casa do Povo de Côja em conjunto com a Fundação Inatel; promovemos a criação de um documentário audiovisual dedicado a Miguel Torga e a Arganil, documentário esse que está pronto a ser exibido, para o qual serão todos oportunamente convidados quando a data estiver marcada. Conto também com a presença de alguns de vós que possam participar, dizendo alguma coisa sobre o assunto. Queria também propor ao município de Arganil a criação de pontos de celebração de Miguel Torga e da sua passagem pelo concelho de Arganil; coisas que nem serão muito complicadas, podem ser apresentadas sugestões, como por exemplo pontos por onde ele passou, onde foi muito activo, onde esteja uma placa ou algo que simbolize a sua passagem por lá, com um código que a pessoa que passe, com o seu telemóvel, possa receber informação sobre o efeito. A pessoa que realizou o documentário sobre Miguel Torga é também alguém das nossas terras, daqui perto, de Oliveira do Hospital, Luis Antero, Tiago Cerveira. Eu não estive cá na altura, o senhor deputado Christophe falou de penta-campeonato, é algum título nacional que está atribuído? Não tive acesso a essa informação, se me puder fazê-la chegar, agradeço, pois profissionalmente gosto de tudo o que tem a ver com essa área e gosto de me manter informado."------

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que "espero que a sua proposta seja acolhida e que motive as pessoas a colaborarem."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado Ricardo Pereira para referir que "a minha intervenção de hoje relaciona-se com o DL n.º 49/2022, de 19 de Julho. Para muitos pode não significar nada, mas para nós que vivemos neste cantinho à beira-mar plantado, significa muito. Este DL cancela a aplicação da tão famosa Carta de Perigosidade, tema este, aliás, já aqui trazido a esta Assembleia Municipal.----------O referido DL, refere assim no seu sumário, "Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de Março de 2023".----------O prazo está mesmo a terminar e segundo palavras do Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, o tal concelho aqui referido há uns tempos atrás, em que a carta de perigosidade até aumentava a área a verde desse concelho, diznos assim: há um ano, após uma grande pressão por parte de vários autarcas, o Governo suspendeu o documento; no entanto, acrescentou o Presidente, apesar de haver algum contacto com a Associação Nacional de Municípios, percebe-se a olhos vistos, que o intuito da Carta de Perigosidade vai manter-se depois desta data. Se assim for, dirá ele, isso irá limitar claramente todos estes concelhos do Interior da



sua actividade. Avisou este autarca, explicando que quando o risco de incêndio rural for considerado alto ou muito alto, será impossível realizar acções de iniciativa pública ou privada ou receber investidores que possam querer instalar qualquer tipo de negócio. Até o acesso e utilização de parques de merendas, praias fluviais e espaços dentro da floresta, ficam altamente condicionados. Esta é uma notícia do Diário de Coimbra desta semana e o Diário As Beiras também refere a mesma coisa. (Ler sublinhado do recorte do jornal).----------Depois de vermos que a preocupação é unanime na CIM da Região de Coimbra e em tantas outras CIM deste país, verificamos que o poder central continua a tolher o interior deste país, instalados nos seus belos gabinetes à beira-mar plantados, deixando o tempo correr alegremente, à espera que este DL caia no esquecimento.-------Mas tenho a certeza que o Senhor Presidente da Câmara, em conjunto com os outros autarcas não deixarão cair este assunto no esquecimento.----------Será que os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia aqui presentes têm noção que nem uma simples caminhada na natureza podem realizar na sua Freguesia depois deste Decreto estar implementado?----------Todos nós sabemos o que os eventos de natureza representam para o nosso território. São muitos e com muito sucesso,----------Termino esta minha intervenção com uma questão muito concreta ao Senhor Presidente da Câmara. Todos nós sabemos que o WRC Rally de Portugal, que arrasta centenas ou milhares de pessoas para a nossa Serra do Açor e com honras televisivas à nossa Vila de Arganil, que promove Arganil e as nossas serranias alémfronteiras. Um postal que fica muito bem na televisão e no mundo.----------Questiono-o, Senhor Presidente, se este DL entrar em vigor teremos a possibilidade de ver o evento do WRC Rally de Portugal cancelado? Ou até mesmo eliminado de toda esta região da beira serra?----------Se sim, será um prejuízo enorme para todos. Para a região, para o Município, para as Freguesias e para o nome Arganil, que os aficionados ou não deste desporto, tão bem conhecem. Obrigado."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que "inicio hoje a minha intervenção nesta Assembleia com o estado da Cultura em Arganil; já há muito que o dizemos, mas nos últimos tempos tem vindo a constatar-se um facto: em Arganil não há lugar para a Cultura. Arganil não possui um único espaço que consiga acolher dignamente um evento cultural dinamizado pelas diversas entidades culturais do concelho. O espaço que deveria ser o centro cultural do concelho, o Teatro Alves Coelho, está no estado degradante à vista de todos, sem que exista uma luz ao fundo do túnel, para que a reabilitação seja uma realidade e a Cerâmica Arganilense funciona unicamente com a valência da Piscina Municipal. O designado Auditório nunca cumpriu o seu propósito, porque de Auditório não tem absolutamente nada, é um espaço que nunca poderá acolher qualquer espectáculo, e que tem problemas de construção desde a sua inauguração. O restante espaço da Cerâmica Arganilense, o



dito Multiusos, apenas recebe algumas exposições, como aquela que ao dia de hoje está a decorrer e o tão aclamado Museu Internacional do Rali, que seria o seu objectivo principal, e que tem vindo a ser falado desde 2012, morreu. Morreu porque em 2021 o município de Fafe inaugurou em Fafe um Museu do Rali e este sim, é uma realidade. É um facto, em Arganil não há lugar para a Cultura e por isso mesmo espectáculos e eventos promovidos por entidades do concelho, são obrigados a serem realizados nos concelhos vizinhos. E quando isso acontece, é porque o concelho está doente. Senhor Presidente, uma vez que o Teatro Alves Coelho está no estado que todos sabemos, resta-nos olhar para a Cerâmica Arganilense. No dia 20 de Janeiro, foi notícia na imprensa que o Auditório da Cerâmica encontra-se encerrado por problemas de humidade e aquecimento. Pergunto se esses problemas já se encontram resolvidos e quando é que existe coragem para uma intervenção de fundo, de forma a transformar aquela estrutura num verdadeiro Auditório que consiga acolher com verdadeira dignidade um espectáculo cultural. Quanto ao restante espaço Multiusos, o que pensa fazer daquele espaço, para o tornar realmente útil à cultura e aos munícipes e que justifique o avultado investimento que ali foi feito.----------Não posso deixar de tecer um comentário sobre a visita do Presidente do Partido Social Democrata, Luis Montenegro, ao concelho de Arganil. Acho que foi um acto puramente abusivo e lamentável deste executivo, a forma e o modo como o fez. Os dirigentes políticos que visitam Arganil devem ser todos recebidos com honra institucional e cultura democrática; no entanto, o que aconteceu nesta visita, foi apenas e só campanha política, pura e dura, do PSD, utilizando abusivamente o Salão Nobre do Município e os meios de comunicação municipais para esse mesmo efeito. Este local onde nos encontramos não é a sede política do PSD. Cabia ao executivo municipal convidar todas as entidades a marcarem presença nessa visita tal como o faz para outros eventos e visitas que ocorrem no concelho, mas os actos e as atitudes ficam para quem os pratica, e ficam registados. Estaremos para ver o que acontecerá quando outros líderes partidários de qualquer partido político visitarem o nosso concelho."------



euros, sendo que é um, entre apenas 36 concelhos do país que o faz. Além disso, o IMI em Arganil está fixado no mínimo possível nacional. Estas razões, em conjunto com uma série de outras medidas já abordadas noutras ocasiões e que não vou enumerar, por serem (felizmente) em grande número, deram ao concelho o galardão de "Autarquia Mais familiarmente responsável 2022", pelo sexto ano consecutivo.---------Gostaria de chamar atenção, ainda, para a importância de um outro reconhecimento, que aconteceu no início do ano, através da atribuição do diploma «Compromisso Pagamento Pontual», este, pelo nono ano consecutivo. Este diploma demonstra que existe uma cultura de pagamento a horas aos fornecedores e que a autarquia, que foi a primeira do país a aderir a este programa, em 2015, o tem cumprido, com rigor e com saúde financeira.----------Ora, todo este elenco de boas práticas não tem como propósito a propaganda. São factos e, como tal, devem ser aqui trazidos, tal como o são as chamadas de atenção. É importante lembrar que, numa situação financeira nacional de estrangulamento financeiro em que muitas famílias vivem, em Arganil, nas poucas hipóteses que são dadas à Câmara para actuar directamente sobre matérias com impacto real, existe uma acção real.----------É importante que as pessoas saibam que o executivo faz escolhas socialmente responsáveis nas suas finanças, ainda que fosse mais confortável não o fazer.-----Existe ainda muito trabalho a fazer, obviamente, mas ninguém pode deixar de reconhecer este trabalho, muitas vezes invisível, que é feito pelo executivo.----------Sendo que existe uma preocupação legítima de todos nós, em relação aos perigos do despovoamento para o nosso concelho, se muitas vezes aqui na assembleia são pedidas medidas que ajudem a atrair pessoas para o nosso território, aqui está uma resposta possível. Naquilo que a Câmara pode fazer, (atenção), tudo tem sido feito!-----------Arganil, em comparação com todos os concelhos limítrofes, é aquele que mais beneficia a sua população do concelho e isto tem que ser visto como um factor de diferenciação positiva. Seria, talvez, mais confortável e demagógico, aplicar verbas em grandes festejos, em monumentos, em "coisas de encher o olho" e as redes sociais. Mas para isso, não estaríamos na linha da frente ao apoio às famílias. Muito obrigada por assim escolherem. Decerto que conseguiremos, todos nós, contribuir para atrair para Arganil, mais habitantes e mais jovens.----------Termino com uma questão que está relacionada com estes factores de atractividade e que tem estado na ordem do dia: a questão da habitação. Sabemos que o Município não se pode impor perante o mercado e não pode fazer as vezes da iniciativa privada, mas gostaria de perguntar se existem medidas ou acções previstas pelo executivo para a política de habitação do concelho, que possam melhorar a situação actual. Obrigada, desde já."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que "a minha intervenção está relacionada com o Centro de Formação Profissional, o IEFP; já



tinha abordado esta questão na reunião anterior, o Senhor Presidente deu uma explicação não muito concreta em relação ao andamento da obra, pelo facto da senhora Presidente do Conselho Directivo do IEFP ter sido demitida; haverá agora um novo Presidente, gostava de saber agora, após quase 3 meses, se há algum avanço em relação à execução do projecto ou se há algum impedimento de ordem orçamental, porventura, e se a Câmara tem tido algum feedback com o IEFP."-------

-----Teve a palavra o senhor deputado Christophe Coimbra para dizer que "gostaria de dar resposta à questão que me foi colocada pelo colega Miguel Dias, peço que lhe transmitam; como será do conhecimento pelo menos daqueles que são aficionados pela modalidade, mas sim, a questão sobre o título do André Rodrigues é efectivamente a quinta vez que lhe é atribuído o título de campeão nacional. Falamos de, para além da modalidade de Trail, da distância Ultra, distâncias muito significativas, neste caso uma prova que se realizou em Sever do Vouga dia 7 de Janeiro, com uma distância de 55 km, onde ele foi declaradamente e eu tive o prazer de assistir à transmissão da prova, onde ele foi declaradamente o melhor, uma prova que ganhou com absoluta distinção. É a quinta vez que consegue este título e acho que isso merece total destaque.----------Em função da intervenção do colega Rodrigo eu acabei de dar o exemplo de algo que o espaço Multiusos da Cerâmica consegue suportar e que me parece que se não houvesse essa instalação, este tipo de eventos não teria espaço em Arganil; ainda bem que tem, e ainda bem que eles existem. Relativamente ao apontamento que fez pelas honras que foram dadas aquando da visita do líder do Partido Social Democrata, acho que Arganil, e em particular este executivo, saberá receber bem sempre e todos aqueles que nos queiram visitar. Será difícil conseguirmos avaliar a forma como é recebido por exemplo o líder do Partido Socialista se ele simplesmente não se quiser deslocar ao nosso concelho. Há 7 anos que me lembro que é, para além de líder do partido, também o nosso Primeiro-Ministro e efectivamente não tenho noção de que ele algum dia tenha manifestado interesse em vir ao nosso território. Por isso não me parece que haja agui qualquer tipo de diferenciação, tenho a certeza que qualquer alta individualidade política que se quera deslocar ao nosso território será bem recebido, também não me parece que tenham sido feitos qualquer tipo de convites ou que esses convites fossem discriminando aqueles que poderiam ou não estar presentes, acho que a pessoa circulou, em representação da liderança de um partido, livremente, eu tive oportunidade de dizer numa das sessões onde estive envolvido a convite de um movimento por ele criado, que ainda bem que existe esta perspectiva de poder criar um movimento que esteja aberto à população e que nos visite e que queira saber deste território, não só exclusivamente em periodos de eleições ou em periodos de inaugurações ou em comemorações de feriado municipal. Que eu me lembre foi uma visita política de excepção, face àquilo que costuma ser a regra, que é muito limitada a estas 3 situações, pelo menos daquilo que é o meu conhecimento, no que à política diz respeito."-----



-----Teve a palavra o senhor deputado Rodrigo Oliveira para referir que "se o edifício da Cerâmica Arganilense, o Multiusos, serve só para receber o Desafio Picos do Açor, é demasiado dinheiro para esse tipo de eventos; como sabe eu sou utilizador de vários espaços onde se realizam Trails e aquele edifício não pode servir apenas para esse tipo de eventos, foi muito dinheiro ali investido e tem que ter outro uso que não aquele, e neste momento está a ser usado para esse evento, para o Arganil Rock, que sabemos que o espaço não serve para esse tipo de eventos, e para exposições; acho que é muito diminutivo, um espaço daquela natureza, para esse tipo de eventos.----------Quanto ao movimento que referiu, do Dr. Luis Montenegro, eu também gostava de estar presente e saber o que é que ele tem a dizer à população de Arganil, sobre o que pensa acerca do concelho de Arganil, mas eu não fui convidado, nem eu nem ninguém que está aqui, a não ser se calhar da bancada do PSD; isso é que não compreendo, como é que uma pessoa vem ao concelho discutir o próprio concelho e as ideias para o concelho e nós não estamos presentes, não somos convites nesta matéria, se calhar não vos interessa ouvir o que temos a dizer em relação ao concelho. Acho que isso é lamentável."-----

-----Teve a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que "começando pela questão do deputado José Miguel, gostaria de aproveitar para fazer aqui uma apresentação do estado da arte de uma forma expositiva mas também visual e nesse sentido gostava que pudessem ser colocadas aqui algumas imagens relacionadas com esta matéria. Em primeiro lugar, dizer que este ano a grande surpresa, contrariamente àquilo que aconteceu o ano passado, este ano de facto tivemos Inverno e, portanto, a circunstância de existir Inverno, como deverão perceber, numa obra com aquelas características, tem o seu impacto; todos nós conseguiremos certamente falar de cátedra, deste assunto no conforto de uma sala como esta, certamente com as condições climatéricas, é um bocadinho mais complicado. E esse impacto acontece numa obra com aquelas características, em várias frentes, desde logo naquilo que são as características da Ribeira de Amandos; chove, para além da água das escorrências, como é normal, há um conjunto de nascentes que felizmente, neste Inverno, foram dotados novamente de água, e que continuam a brotar, para aquilo que é o seu ciclo natural. Posto isto, naquilo que tem a ver com a planificação desta intervenção, deverão estar recordados que ela foi segmentada em vários troços que permitiam a intervenção mais ou menos individualizada em cada um deles. Onde começaram a verificar-se problemas foi neste espaço entre o município e o Teatro Alves Coelho, quando foram detectadas um conjunto de infra-estruturas de entidades terceiras, quer da E-Redes, quer da Altice, naquilo que tinha a ver com a infra-estrutura de comunicações, que não estavam cadastradas, ou pelo menos o cadastro que foi disponibilizado por estas entidades, não as colocava no sítio onde elas estavam, e isto teve consequências



directas no desenvolvimento normal dos trabalhos porque muitas destas infraestruturas estavam colocadas sobre a Galeria Hidráulica. Houve também, no final de Julho, um acidente que provocou um atraso ainda que ligeiro, ou pelo menos um constrangimento no prosseguimento das obras, até que tudo fosse apurado e fosse percebido o que é que tinha acontecido e que se pudesse evitar a repetição de situações como aquela, embora os acidentes seja algo que acontece infelizmente num momento em que menos se espera. Tivemos também o aparecimento de um conjunto de infra-estruturas não cadastradas, não inventariadas, esta imagem que está no canto superior esquerdo é uma fossa que existia aqui mesmo em frente à Câmara, em plena faixa de rodagem, cuja identificação não existia em lado algum; houve necessidade de encontrar solução para isto, perceber o que é que lá estava, como é que se resolvia. A questão de infra-estruturas de entidades terceiras não cadastradas, percebe-se facilmente, desde logo nesta fotografia que está no canto superior direito, houve aqui também um conjunto de circunstâncias, de surpresas desagradáveis, que provocaram também constrangimento no desenvolvimento da obra. Depois tivemos Inverno, ainda hoje se regista efluente significativo na Ribeira de Amandos, mas a partir desta data, 18 de Novembro, naquilo que tinha a ver com os trabalhos relacionados com a Galeria, tornou-se impossível prosseguir com os mesmos e portanto, nesta componente que tem a ver com a Galeria, os trabalhos foram suspensos. Ao mesmo tempo, por via daquilo que foram as surpresas com a rede eléctrica, e houve um acidente sem danos pessoais, mas provocou que o sistema da Altice, no conhecido edifício da PT, estivesse inactivo durante um dia, porque o cabo de média tensão, que não estava inventariado, foi partido, e esta circunstância motivou a E-Redes a fazer a substituição de toda a rede aqui na avenida e isto também tem impacto no decurso dos demais trabalhos. Tudo isto, e agora concluindo, e considerando aquilo que é a nossa expectativa, admitindo que as condições climatéricas agora o vão permitir, temos estado a acompanhar a água que circula na Ribeira, e por aquilo que tem sido a redução registada de caudal, parece-nos que até ao final deste mês haverá condições para reiniciar aquela frente de trabalhos e mantendo-se condições climatéricas favoráveis, até Junho, estimamos concluir a intervenção total, quer na Galeria, quer no espaço público adjacente. Do ponto de vista informativo é isto que posso dizer, naturalmente que a informação de que este ano e no final do ano passado, de que existiu Inverno, essa informação já era do vosso conhecimento, mas há aqui dados que podem ser pertinentes para se perceber aquilo que tem acontecido nesta intervenção. Contudo, como o senhor deputado disse, quero registar aquilo que é o constrangimento que sabemos que numa intervenção com estas características, impacta na vida das pessoas e esse constrangimento, lamentamo-lo, como é óbvio; gostaríamos muito mai8s que esta intervenção se pudesse fazer de um dia para o outro, mas isso não acontece, tal como não acontece numa obra como é o caso da requalificação do IP3, que devia estar concluída no final de 2022 e neste momento está a 16% daquilo que é o total das intervenções previstas. Estas obras são complexas, provocam



constrangimentos, e num caso como este, acontecem surpresas que, infelizmente, fazem com que os prazos nalgumas circunstâncias, acabem por derrapar.----------Relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Vale, quero associar-me às palavras que expressou e queria aproveitar particularmente para expressar também o meu reconhecimento pelo papel que o Professor José Dias Coimbra teve neste concelho, e continuará certamente a ter, porque continua com responsabilidades particularmente na Santa Casa da Misericórdia de Arganil; é uma figura incontornável do nosso concelho e que muito deu não só à Misericórdia mas também ao concelho, particularmente naquilo que foram as funções autárquicas que desempenhou durante vários anos.----------Sobre as palavras do senhor deputado Christophe Coimbra, quero associar-me àquilo que disse sobre a importância de um evento como a prova Picos do Açor, um evento que permite potenciar um activo que temos no nosso território, permite também rentabilizá-lo; costumo dizer que permite demonstrar também que são as características do nosso território, que são duras, que são difíceis, que fazem campeões como o André Rodrigues, e a esse respeito, também felicitar o André por esta conquista do pentacampeonato nacional de Ultra Trail, conseguido em Sever do Vouga ----------Sobre a intervenção do senhor deputado Miguel Dias, ouvi com interesse as palavras que aqui deixou, parece-me que a proposta acerca dos pontos de celebração de Miguel Torga, é interessante, não é que eles inexistam completamente, e a este respeito temos um Memorial no Piódão, mas há sempre oportunidade para se poder fazer mais nesta matéria. Queria aproveitar também para registar aquilo que é uma sala que é um laboratório do personagem médico Adolfo Rocha que, como sabem, exerceu actividade em Arganil, particularmente na Misericórdia, a quem ofereceu o seu espólio clínico.----------Sobre a intervenção do senhor deputado Ricardo Pereira, a suspensão da Carta de Perigosidade que nos deixou alguma expectativa, está a transformar-se num perfeito filme de terror e isso foi aquilo que ainda na última quinta-feira pudemos discutir no Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra, há uma unanimidade total relativamente ao repúdio acerca deste processo, é um processo com um prejuízo muito significativo para o nosso território e particularmente para os concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Góis, Mira, Tábua, mas estes são porventura os mais penalizados, mais sacrificados, mas não há ninguém que fique incólume pela elaboração de um documento de uma forma que nos parece muito leviana, porque não se pode aceitar aqui um documento que teve a participação das mesmas entidades que estava em vigor até à data da entrada em vigor da Carta de Perigosidade, de um dia para o outro se tenha tornado mau, e no dia seguinte o novo seja bom, porque eles são substancialmente diferentes. Sobre alguns apontamentos e questões que deixou, dar-lhe apenas um simples exemplo de um impacto do final da suspensão da Carta de Perigosidade, um impacto que acaba por ser um contracenso, face àquilo que são as medidas políticas que têm vindo a ser



-----Sobre a intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, expressou a sua livre opinião, e sobre as opiniões não me compete contraditar, mas dizer que discordo em absoluto daquilo que disse, e é a minha opinião, não será certamente menos válida que a sua. Mas permitia-me suscitar aqui alguns apontamentos, dizer-lhe que a minha opinião é compatível desde logo com um painel que ainda ontem esteve sentado precisamente neste local, de pessoas que me parecem absolutamente insuspeitas, desde logo o Professor Boaventura Sousa Santos, o Professor José Manuel Simões, o Professor Joaquim Pinto da Silva ou António Manuel Ribeiro, que elogiaram bastante aquilo que é o trabalho na Cultura e particularmente aquilo que está e que é possível no espaço da antiga Cerâmica Arganilense. Sobre o Museu do Rali de Fafe, eu sugeria que antes de opinar novamente acerca deste museu, que o pudesse visitar e talvez pudesse formar opinião e perceber que certamente não é aquilo que nenhum de nós pretende para o território e muito menos aquilo que pretendia fazer no espaço da Cerâmica no que tem a ver com o Museu do Rali, porque sem qualquer crítica pejorativa, efectivamente aquela perspectiva que está em Fafe nunca foi a nossa perspectiva para um espaço com esta designação em Arganil. Sobre a Cerâmica e acerca da coragem, dizer que tivemos coragem para evitar que aquele espaço tivesse colapsado, que era a situação em que ele se encontrava anteriormente. Dizer-lhe que estão obras a decorrer para corrigir as deficiências que foram encontradas, e que reconhecemos que há problemas que carecem de resolução e que certamente haveremos também de conseguir resolver. Sobre a visita do líder do PSD, isto não foi nenhum evento secreto, era público, foi noticiado, foi anunciado publicamente, só não apareceu quem não quis; tenho pena que ainda não tenha tido oportunidade de receber neste espaço o líder do Partido Socialista, que passa com alguma regularidade no nosso concelho, mas é naquele extremo que tem o IC6; aí ele consegue passar várias vezes, mas ainda não teve disponibilidade para se dirigir à sede do concelho, pese embora os convites que lhe foram formulados, mas é o que é. Dizer-lhe também que já foram recebidos aqui neste espaço outros líderes partidários e todos aqueles que têm esse estatuto serão certamente aqui recebidos com a mesma dignidade e com a mesma formalidade protocolar que é merecida a estes líderes partidários.-----



-----Sobre a intervenção da deputada Maria José Silva, agradecer a informação que aqui deixou e também as suas palavras. Relativamente à habitação, estamos a trabalhar em três frentes, nomeadamente naquilo que tem a ver com a Bolsa de Alojamento Urgente e Temporário que está já em fase de contratação, temos já projectos aprovados e com projecto de execução elaborado. Vimos agora recentemente a Estratégia Local de Habitação validada pelo IRU, é essa validação que permite o acesso ao Programa 1º Direito, quer por parte dos particulares quer por parte do parque público, mas queria particularmente destacar o processo da Habitação a Custos Controlados, que estamos a trabalhar no âmbito da Comunidade Intermunicipal, numa esfera mais alargada e que permitirá significativamente a disponibilidade de habitação para arrendamento no nosso concelho, particularmente aquela que é mais direccionada para o segmento médio da nossa sociedade.----------Sobre a questão do senhor deputado Luis Gomes, relativas ao IEFP, na primeira quinzena de Janeiro tive oportunidade de reunir com o Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Emprego, vim com informação que me deixou relativamente tranquilo relativamente a este processo, e a informação é que o ante-projecto estava finalizado, validado, e foi feito internamente pelos servicos do IEFP, o projecto de execução seria submetido ao mercado em tempo curto, espero que durante o mês de Fevereiro possa ter conhecimento deste concurso público relativo ao projecto de execução, e o cenário que me foi transmitido foi que até ao Verão haveria condições para lançar a concurso público a empreitada e ainda durante este ano, não havendo problemas do ponto de vista processual, com o processo de empreitada, a empreitada poderia estar a iniciar o seu curso."------

-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para dizer que "gostaria de me associar às palavras do Christophe Coimbra, nas felicitações ao pentacampeão em Triatlo. Em segundo lugar referir algumas palavras àquilo que o meu colega Miguel Dias acabou de apresentar relativamente à possibilidade de implementação de um roteiro torguiano em Arganil; de facto, Arganil é um território que teve a felicidade de ter inúmeras passagens escritas por Miguel Torga de inegável dimensão cultural e intelectual e é um património escrito que a meu ver está a ser desperdiçado pelo concelho de Arganil. Este trabalho que foi realizado pelo Tiago Cerveira e pelo Luis Antero, o Luis Antero faz um trabalho notável de recolha de património sonoro, paisagens sonoras na nossa região, e considero que é uma ideia que poderia ser implementada; julgo que a Casa do Povo, como dona do projecto, não se importaria de facultar ao município de Arganil os filmes e as paisagens sonoras que foram recolhidas, no sentido de alimentar este roteiro torguiano e marcar os locais que inspiraram Torga a escrever passagens belíssimas, que são 23 ou 26 no nosso concelho, só nos Diários, depois também tem na criação do mundo outras passagens, é uma ideia que deveria ser aproveitada para engrandecimento cultural do nosso concelho de Arganil.-----



-----Relativamente ao que o Senhor Presidente referiu sobre a Carta de Perigosidade de Incêndio, julgo que há caminho para melhorias, nomeadamente através da informação que será levantada através do LIDAR, que nos fornecerá informação muito mais detalhada, muito mais fina acerca da ocupação do território, mas não posso concordar com o facto de esta Carta ser inibitória do desenvolvimento do território, no que se refere à segurança das populações, que deve estar sempre em primeiro lugar; foi direccionada uma pergunta aos senhores presidentes das Juntas de Freguesia, eu também direcciono uma pergunta aos Senhores Presidentes das Juntas: será que um Senhor Presidente de Junta se consideraria confortável em promover algum tipo de actividade no seu território em dias com índice de perigosidade de incêndio máximo ou muito elevado? Julgo que qualquer pessoa, em plena consciência, não o permitiria, porque nós sabemos perfeitamente que as alterações climáticas estão a ter uma repercussão imensa na intensidade do fogo em Portugal e nos países mediterrânicos e até em todo o mundo, e Portugal é um hotspot das alterações climáticas a nível mundial, por isso temos que ter muito cuidado com aquilo que dizemos. Relembro, a este propósito, que o Festival Super Bock Super Rock foi alterado e foi dirigido para a Altice Arena, exactamente para colocar em segurança as pessoas. Também me recordo de, há alguns anos, ainda não estava esta Carta implementada, aquilo que aconteceu no Festival Andanças, que podia ter sido uma tragédia bastante maior, arderam uma série de carros, podiam ter morrido muitas pessoas. Se esta Carta de Incêndio já tivesse sido implementada, isso nunca teria acontecido. Julgo que temos ter alguma consciência naquilo que dizemos quando nos referimos a este facto. Há caminho para melhorar, sim, as melhorias vão ser implementadas, tenho a certeza disso, mas temos que ter em conta o contexto climático em que vivemos. Não estamos a viver há 50 ou há 100 anos atrás, em que as coisas eram completamente diferentes do

-----Referir uma questão relativamente à política de habitação, que não compete aos municípios; agora não me recordo do município, mas há uns tempos li uma notícia de um município que implementou uma política de habitação continuada e os Censos de 2021 demonstraram que, é um concelho do Interior, que essa política de habitação continuada, reiterada no tempo, teve consequências positivas e fez com que o despovoamento daquele concelho fosse muito, mas muito inferior, a todos os concelhos nas suas imediações. Eu agora não me recordo do nome mas vou procurar e vou transmitir-vos essa informação, que demonstra que uma política de habitação continuada, reiterada, pensada, tem efeitos no território e não se pode estar à espera sempre que seja a mão do Governo Central a dar os instrumentos para que uma política de habitação seja implementada num determinado território. Essa política de habitação pode ser iniciada perfeitamente por um município, até para alavancar muitas outras estratégias nomeadamente de implementação de indústria num território, que necessita de mão-de-obra que, em primeira instância, tem que estar localizada no território do concelho. Julgo que há estratégias que



-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para "dar o significado a uma questão aqui levantada, que foi o facto da Carta de Perigosidade ter estado suspensa, julgo por 6 meses, até ao fim de Março, com o objectivo de ser melhorada, mas sobre isso nada foi feito. Chega ao fim do prazo de suspensão e logicamente entra em vigor, tal e qual como na altura em que foi suspensa."-------

-----Dar uma nota final sobre o ponto que há pouco abordei, em resposta sobre a visita do Partido Social Democrata, dizer também que aguardei pela resposta do Senhor Presidente para perceber que não tinha ficado com a ideia que se tivesse tratado de um evento fechado para o qual fosse necessário um convite; era um evento público, acho que ficou evidente, marcou presença quem quis, mas retrato também com particular gosto a preocupação pelo facto da bancada do Partido Socialista querer conhecer a agenda e o projecto político do líder do PSD, porque



certamente também reconhecem que o projecto político do PS ele dificilmente dará resposta à nossa região ou então não o conhecemos devidamente."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado Miguel Dias para "voltar à informação anterior; não consegui acompanhar tudo, até por motivos profissionais e figuei muito contente com a informação que deu sobre o pentacampeonato e outras actividades que a Associação de Trail desenvolveu e deverá ter todo o apoio da comunidade para poder continuar a fazê-lo no futuro.----------A nível desportivo convém também se calhar começarmos a contabilizar o sucesso que os atletas do nosso concelho têm, em todas as modalidades. Tivemos também em Outubro a Taça do Mundo de Kempo, homologado pelo IPDJ e por outras Federações, onde atletas da Casa do Povo de Côja ficaram em primeiro lugar em algumas categorias; a Beatriz Viana, de Arganil, não conseguiu chegar às medalhas, mas teve uma prova absolutamente fabulosa. Em Outubro do ano passado, José Miguel Dias foi vice-campeão nacional de luta, uma modalidade olímpica, o que coloca o nível de competição automaticamente noutro patamar, relativamente às não olímpicas. Thomas e Jéssica os dois ganham os dois primeiros lugares, embora não morem em Arganil, treinam em Arganil. Duarte Ventura o neto do nosso saudoso Professor Ventura, que não tendo conseguido chegar às medalhas, tem uma prova absolutamente fabulosa na categoria de cintos negros e juntando todos estes sucessos desportivos, de todas as modalidades, já se justificava, à semelhança de Tábua e de Oliveira Municipal, uma Gala Municipal do Desporto onde todos os anos fosse reconhecido o trabalho das Associações Desportivas, dos atletas independentemente de ganharem títulos ou não, mas que se esforçam porque como sabem, o desporto ajuda a prevenir problemas de saúde, diminui o acesso aos centros de saúde, além de ser uma óptima promoção do nosso concelho; cada vez que organizamos uma prova destas os hotéis enchem, os restaurantes enchem, toda a comunidade ganha. Às vezes digo isto com tristeza, penso que Arganil a nível desportivo é um parente pobre dos municípios que nos rodeiam; brevemente Tábua vai organizar pelo segundo ano consecutivo a final distrital do mega sprinter que é uma prova que celebra o atletismo, de onde são captados futuros talentos para o desporto federado, onde vão estar centenas de jovens praticantes, através do desporto escolar, de todo o distrito, mas para isso têm um estádio municipal condigno, com todas as condições, com uma pista de atletismo fabulosa, além do próprio pavilhão multiusos que poderia ter sido e faz lembrar que a Cerâmica poderia ter sido mais bem conseguida e ter albergado outro tipo de projectos, porque o próprio pavilhão multiusos de Tábua é usado como estrutura de treino desportivo a maior parte do ano e também é usado para actividades culturais, como vai ser agora a Feira do Queijo, em que as actividades desportivas se encontram suspensas por exemplo durante uma ou dias semanas, mas são transferidas para as outras estruturas que o município tem. Tudo isto faz com que o desporto no concelho floresça em muitas modalidades para os mais novos, para os



mais velhos, para homens, para senhoras, em que há uma integração total de quem quer fazer desporto e assim promover a sua própria saúde."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado Ricardo Pereira para "tecer algumas considerações ao colega Fernando Vale; é óbvio que ninguém quer que aconteça uma desgraça como aconteceu em 2017, e sabe porquê, senhor deputado? Porque nós estávamos agui nessa hora e ainda bem; passou por isso e percebe que não é dentro de uma carrinha daquelas da AMPC brancas que se resolvem incêndios, porque muitas vezes nem conhecem o terreno, mas isso são outras questões que agora não interessam. A única coisa que lhe quero dizer é que um evento como por exemplo o Rali de Portugal, que quer queira quer não, gera uma imagem de Arganil e um investimento, porque as pessoas que vêm a Arganil deixam cá o seu dinheiro, deixam cá os seus contributos, algumas até nas barraquinhas que estão concessionadas às Associações, e não é com uma Carta de Perigosidade, que cancela todo esse tipo de eventos que esse investimento não possa ser realizado. Uma simples prova de BTT por exemplo, que uma associação local está a organizar, pode deixar de se realizar por causa disso, com todos os prejuízos que isso acarreta. É óbvio que ninguém quer nem queremos que aconteça o que aconteceu no Festival do Andanças, mas devemos ter esta noção que muitas vezes aquilo que sai de Lisboa não se adequa à realidade que está neste país rural ainda aqui, à beira-mar plantado."------

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que "relativamente à questão do Rali e à questão do nível de consciência ou de inconsciência, queria dizer que o ano passado o Rali decorreu com a Carta de Perigosidade em vigor, em plena vigência, com uma situação de risco muito elevada; significa que todas as entidades envolvidas, nomeadamente a ANEPS que tratava ao mais alto nível, todas as forças de segurança, pelas palavras do senhor deputado, tiveram um comportamento inconsciente. Não tenho a mais pequena dúvida em relação ao que



acabei de dizer. Pela Carta de Perigosidade em vigor à data, não poderia ter acontecido a prova que aconteceu no ano passado.----------Sobre a questão da política de habitação, estava a ouvir o senhor deputado e a recordar as palavras que ainda ontem fui ouvindo ao longo do dia, particularmente os partidos da oposição ao Governo, a relembrar que basicamente nos últimos 10 anos o Governo não teve nenhuma política de habitação, portanto é isso que temos aqui, é a entidade que tem esse responsabilidade se ter alheado dessa mesma responsabilidade, sendo que, aí sim, é o Governo que arrecada a generalidade dos impostos dos portugueses e é também quem tem essa obrigação formal. Contudo, pese embora esta crítica, devo dizer que por via do Plano de Recuperação e Resiliência, esta matéria foi colocada na agenda por parte do Governo, e bem, e vai ser também nesse âmbito que os municípios vão ter capacidade financeira para ter alguma intervenção, subsidiariamente e por delegação do Governo; é isso que vai acontecer, e será essa a deliberação que entretanto será tomada quer ao nível da Câmara Municipal, quer ao nível da Assembleia Municipal, penso eu; é por delegação do Governo, particularmente por parte do Instituto que tem essa responsabilidade, o IRU, com os respectivos meios financeiros, que os municípios vão efectivamente colaborar nesta questão da habitação, particularmente da habitação a custos controlados."------

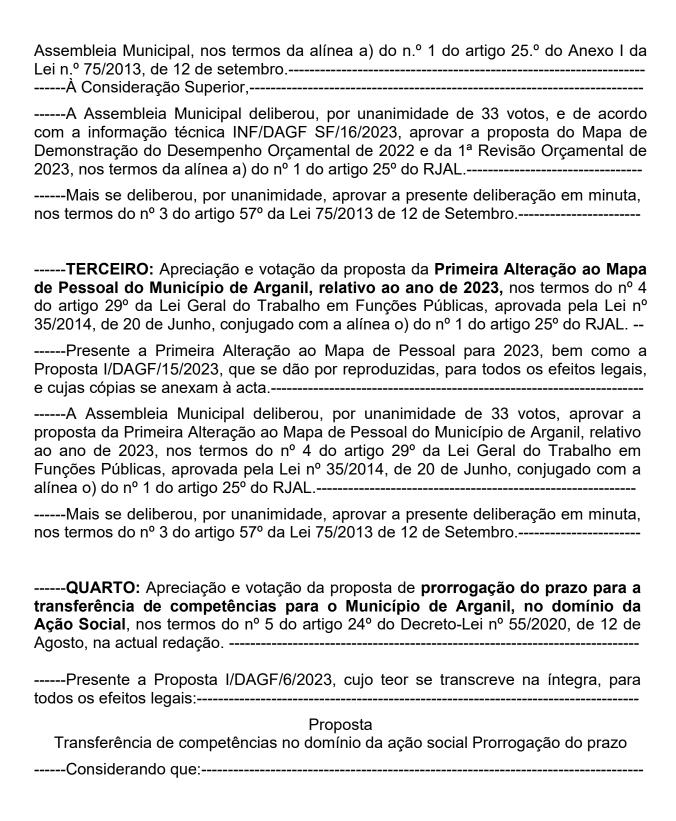
ORDEM DO DIA

no dia 03 de Dezembro de 2022
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor e duas abstenções, aprovar a acta nº 5, da sessão ordinária realizada no dia 03 de Dezembro de 2022
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro
SEGUNDO: Apreciação e votação da proposta do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022 e da 1ª Revisão Orçamental de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do RJAL
Presente a informação técnica INF/DAGF SF/16/2023, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Exmo. Sr. Presidente,



-----Nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui a Demonstração do Desempenho Orçamental.---------Estabelece o artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, Lei de Orçamento de Estado para 2023 que: "Após aprovação do mapa «Demonstração do Desempenho Orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental."----------O Saldo de gerência corresponde ao saldo das operações orçamentais apuradas a 31 de dezembro de 2022, no montante de 298.753,62€.----------Para efeitos de inscrição e disponibilização do saldo de operações orçamentais este deve ser associado às contas da classe zero aplicáveis o código 16 - Saldo orçamental da gerência anterior.---------Neste contexto legal, a utilização do saldo de gerência na Administração Local é permitida assim que:---------Seja aprovado pelo Executivo Municipal a «Demonstração de Desempenho Orcamental»:--------Seja efetuada a correspondente Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que se consubstancia na 1ª Revisão ao orçamento que poderá acontecer na Assembleia Municipal ordinária de fevereiro.----------Tendo por base os fundamentos e disposições legais aplicáveis, e nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1 do artigo n.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o previsto no art.º 81º do Orçamento de Estado para 2023, remete-se para aprovação pelo Órgão Executivo, o Mapa "Demonstração de Desempenho Orçamental" de 2022.----------Após aprovação do referido mapa, pode ser incorporado o saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental.---------Nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e submeter para aprovação da Assembleia Municipal as revisões ao Orçamento e Opções do Plano. para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do mesmo diploma.----------Perante o exposto, remete-se:--------1 - O Mapa "Demonstração de Desempenho Orçamental" para aprovação da Câmara Municipal e submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--------2 - Revisão n.º 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, relativa à integração do saldo de gerência, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, para efeitos de submissão a apreciação e votação da

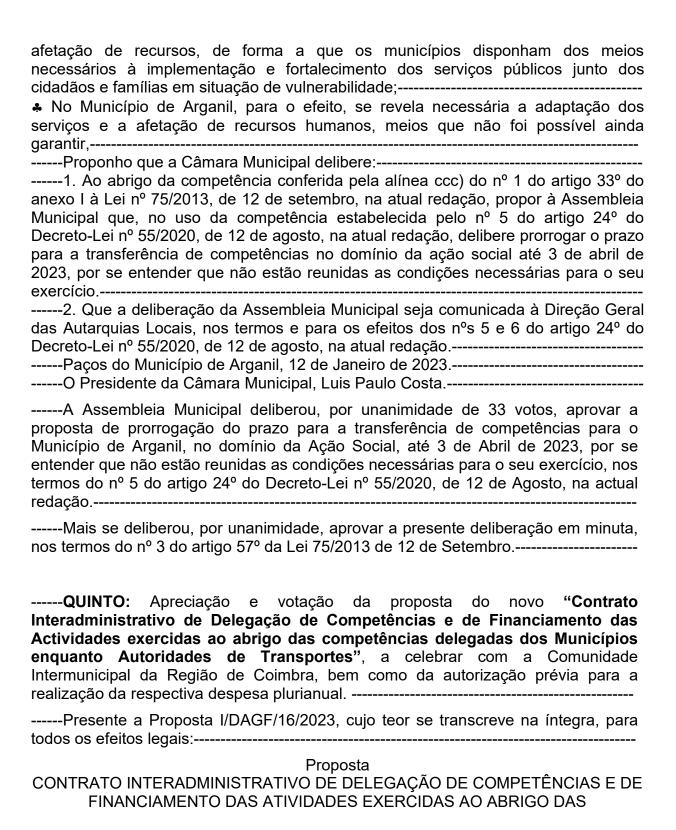






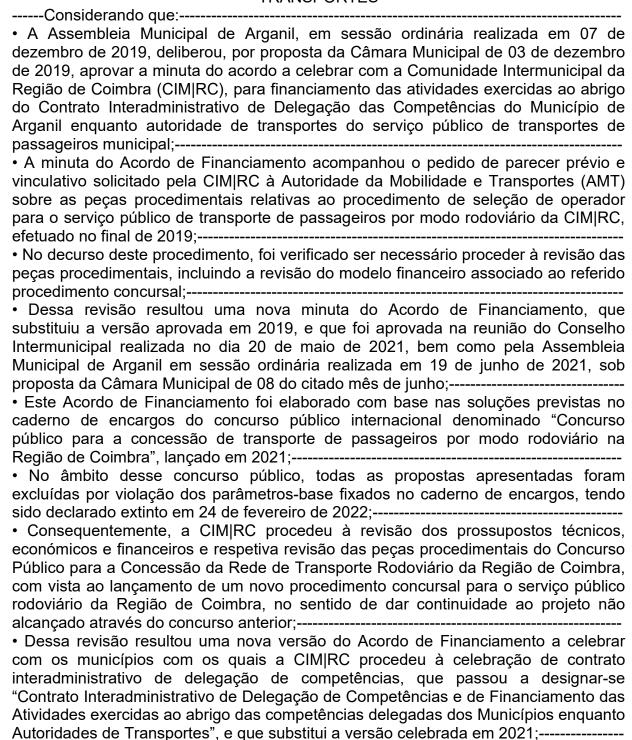
• A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio, entre outros, da ação social;-----• Dois anos depois foi publicado o Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, que concretizou a transferência de competências nessa matéria;----- As portarias regulamentadoras necessárias à execução da competência pelos órgãos municipais só foram publicadas em 17 de março de 2021, concretamente, as Portarias nº 63/2021, 64/2021, 65/2021 e 66/2021;-----• Igualmente, o Despacho nº 9817-A/2021 que publicou o Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas para cada município foi publicado volvidos sete meses da publicação das citadas Portarias, em 8 de outubro de 2021.--- Que a redação dada pelo Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro, ao artigo 24º do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, veio estabelecer a possibilidade do prazo para a transferência das citadas competências para os municípios poder ser prorrogado até 1 de janeiro de 2023, para os municípios que entendessem não reunir condições.-----• Que a Assembleia Municipal de Arganil, em sessão ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou rejeitar a transferência, para o Município de Arganil, das competências no domínio da ação social previstas na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas concretizadores, até que se encontre assegurada a garantia de transferência dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais necessários e suficientes ao exercício das mesmas pelos órgãos municipais;------• Que, no dia 3 do corrente mês de janeiro, a Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou um Acordo com o Governo, através do qual foi garantida uma revisão total do financiamento das novas competências descentralizadas na Ação Social, reforçando-se os montantes anuais a transferir para os municípios em todas as rúbricas já existentes no anterior diploma da Ação Social, bem como foi acordada a possibilidade do prazo para a transferência de competências ser prorrogado até 3 de abril de 2023:----- Que, por força do Acordo atrás citado, foi publicado o Decreto-Lei nº 87-B/2022, de 29 de dezembro, que concretiza os termos do mesmo e estabelece que a prorrogação do prazo para a transferência de competências até 3 de abril de 2023 pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das mesmas, deverá ser precedido de deliberação dos seus órgãos deliberativos e posterior comunicação à DGAL da intenção de prorrogar tal prazo.----------Considerando ainda que:-----* Se trata de um processo de grande complexidade em que é necessário assegurar a continuidade e a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos;------* Foram identificadas necessidades de melhoria do processo de descentralização, designadamente, quanto à necessidade de aumento dos recursos financeiros e à







COMPETÊNCIAS DELEGADAS DOS MUNICÍPIOS ENQUANTO AUTORIDADES DE TRANSPORTES





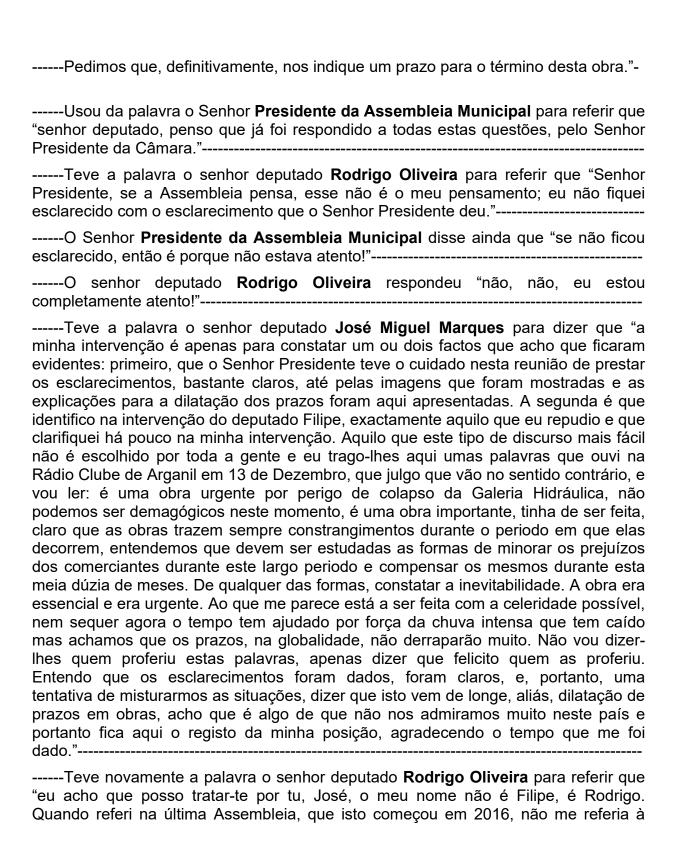
• Esta nova minuta, foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Intermunicipal da CIM RC de 23 de janeiro 2023;
• Na citada reunião do Conselho Intermunicipal de 23 de janeiro, foi também deliberado aprovar o critério de repartição entre os municípios da CIM RC da obrigação de financiamento das compensações por obrigações de serviço público previstas no Contrato de Serviço Público, na parte associada às linhas intermunicipais e interregionais que integram a Rede Atual e a Rede Nova, e no que toca às despesas relacionadas com a gestão do Contrato de Serviço Público, Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal:
informação; • a aprovação da autorização prévia para a realização da seguinte despesa
• a aprovação da autorização previa para a realização da seguinte despesa plurianual, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho (Repristinado - Resolução nº 86/2011, de 11 de abril), conjugado com a alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro — Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA):
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o novo "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Actividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes", a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como a autorização prévia para a realização da respectiva despesa plurianual
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro



-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos sexto e sétimo fossem apreciados em conjunto, tendo todos os presentes concordado com a proposta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado Rodrigo Oliveira para referir que "relativamente ao sexto e sétimo pontos da ordem de trabalhos, e sobre o assunto da recuperação da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos, lembramos o seguinte: no dia 1 de Junho de 2022, nesta sala onde nos encontramos, o Senhor Presidente apresentou o Plano de Intervenção desta obra aos comerciantes e moradores, e na qual disse que a obra iria iniciar a 6 de Junho e que demoraria cerca de 9 meses. Disse também que a obra iria ser feita troço por troço, mais concretamente em 7 troços, todos eles com periodo de execução distintos, permitindo a criação de circuitos alternativos de circulação que seriam anunciados à medida que as fases fossem avançando no terreno. Foi facultado um documento aos comerciantes e moradores, que é este que tenho aqui e que também pode ser consultado no site do município, sobre as fases e as datas de início e conclusão de cada fase.----------Vou passar a ler: começamos no Parque Infantil da Mata da Misericórdia, começada a 06/06/2022, terminada em 18/07/2022. Passamos para a Fonte de Amandos, que iniciava a 21/06/2022 com conclusão em 15/08/2022. Passamos para a Av. José Augusto de Carvalho, com início a 11/07/2022 e conclusão a 12/09/2022. Passamos para a Av. José Augusto de Carvalho e Av. Bombeiros Voluntários Argus, com início a 05/09/2022 e conclusão em 31/10/2022. A seguir, Av. Bombeiros Voluntários Argus com início a 10/10/2022, conclusão a 28/11/2022. Passamos para a parte da rotunda, com início a 07/11/2022, conclusão a 08/12/2022. Av. Das Forças Armadas, início a 23/11/2022, conclusão a 31/01/2023.----------Portanto, nada do que foi dito e que foi prometido à população foi respeitado. A obra deveria estar completamente terminada no dia 31 de Janeiro de 2023 e estamos em Fevereiro e era suposto estar finalizada e nem seguer passou os Bombeiros, e sabe Deus quando irá chegar à rotunda... esta é mais uma obra igual a tantas outras promovidas pelo Município.----------Senhor Presidente:----------Não acha que o esclarecimento que hoje nos foi dado, não devia ter sido apresentado publicamente à população a fim de todos entenderem os atrasos da obra? Ou os munícipes não merecem esse cuidado e atenção?----------Estão previstos algum tipo de ajudas aos comerciantes que estão a ser gravemente penalizados com os atrasos da obra, além das que estão aqui hoje a ser votadas. Estas medidas que aqui apresenta, deveriam ter sido colocadas em prática logo desde o início da obra. O facto de elas não estarem previstas, só demonstra o cuidado e atenção para com os moradores e comerciantes.----------Pedimos que nos esclareça se a obra está suspensa ou a decorrer normalmente.-----

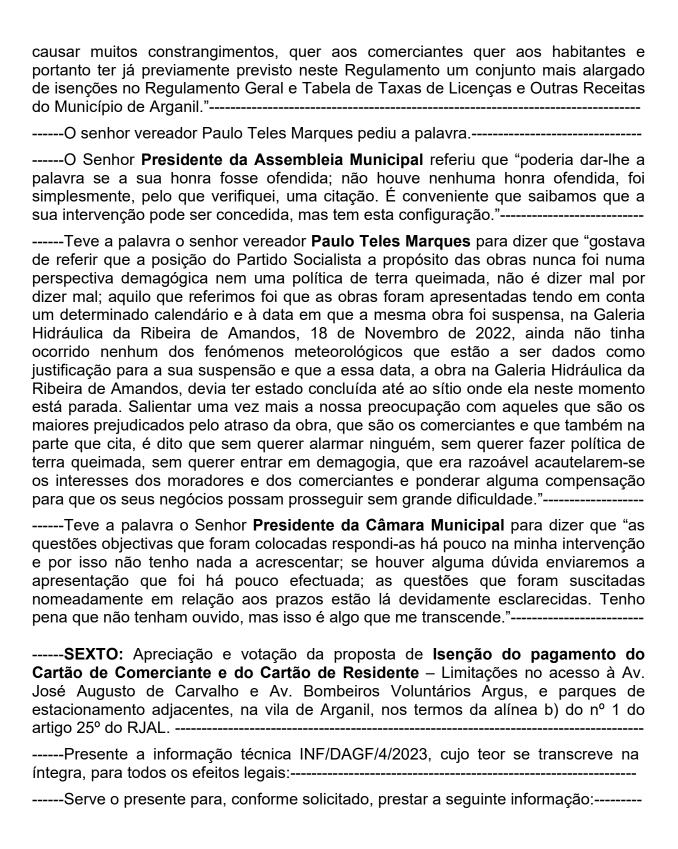




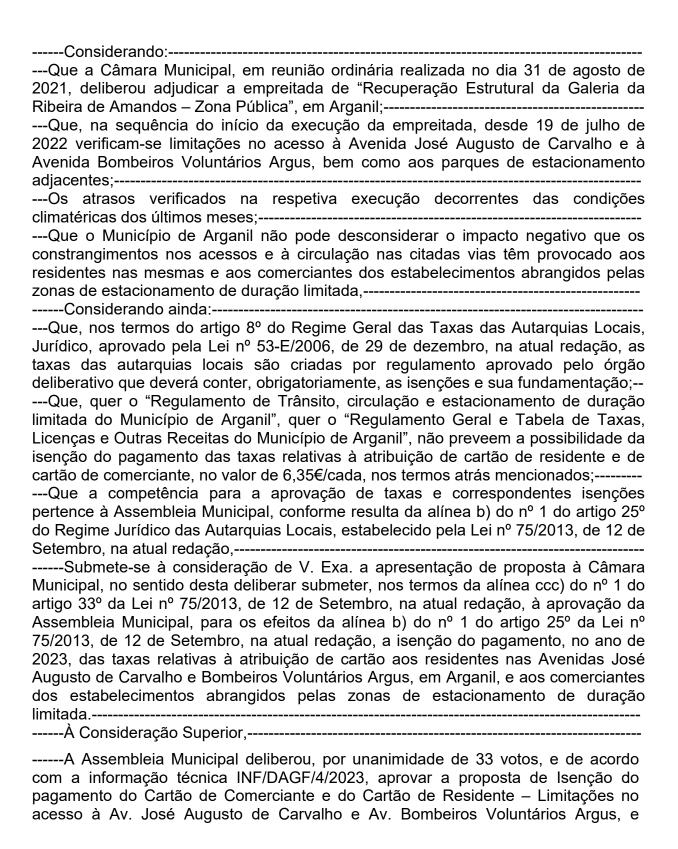


-----Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para "pedir um esclarecimento que julgo que não foi prestado, quando é que está prevista a conclusão das obras da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos? Há alguma previsão para a conclusão das obras? Deixar também uma sugestão, na deliberação da Câmara é referido que o Regulamento Geral de Tabelas Taxas Licenças e Outras Receitas do Município de Arganil não prevê a possibilidade de isenção de pagamento destas taxas de ocupação do espaço público e de publicidade nos termos mencionados; fazemos a sugestão de rever e de republicar estas isenções, estudar outro tipo de isenções que possam também ser incorporados, porque obra após obra, constatamos que há uma série de atrasos que depois vêm exigir um determinado tipo de isenções aos comerciantes e aos moradores; sugerir uma revisão e uma republicação deste Regulamento, que introduza já estas isenções porque no decurso de futuras obras que o município colocará a concurso a previsão é que irão demorar muito e que irão

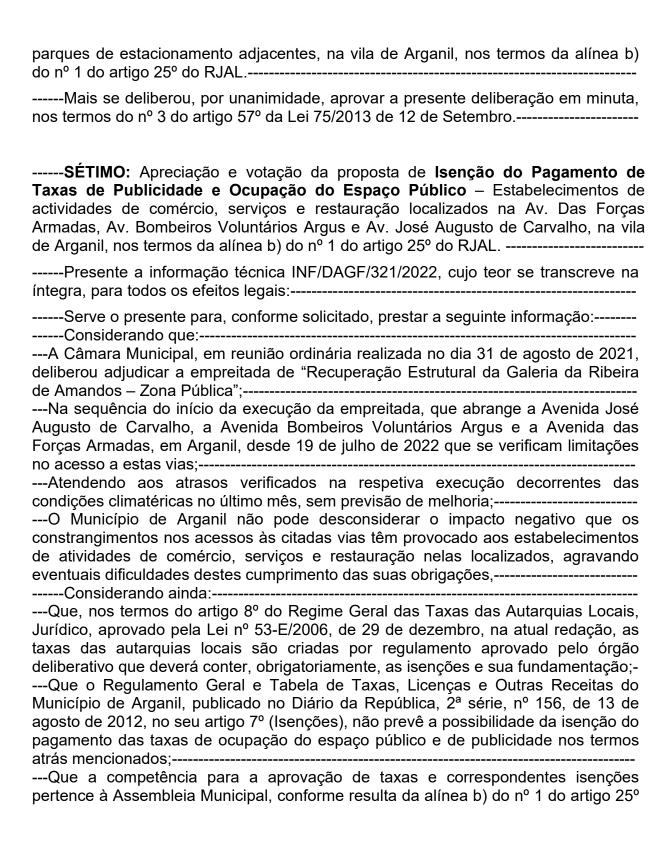




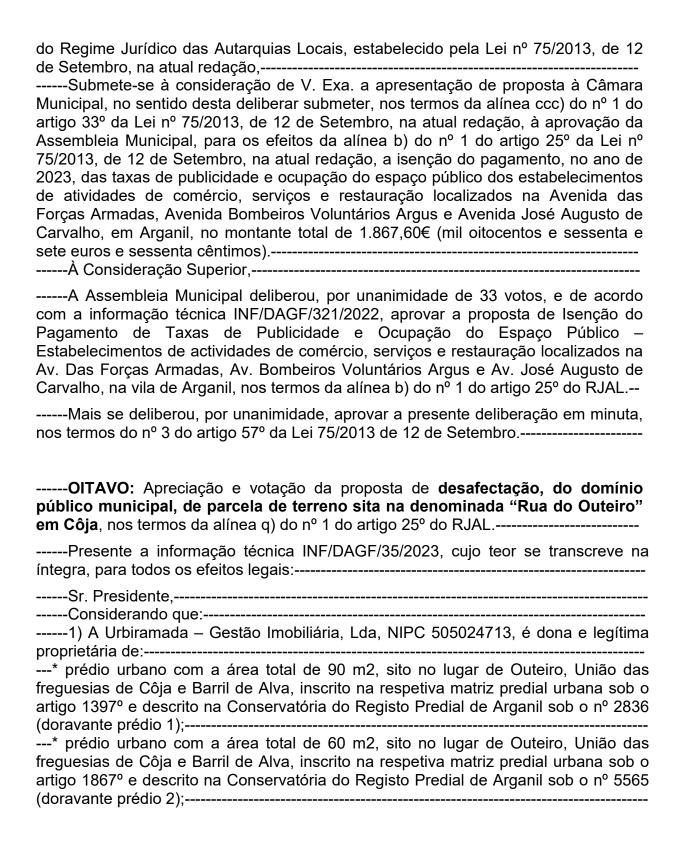








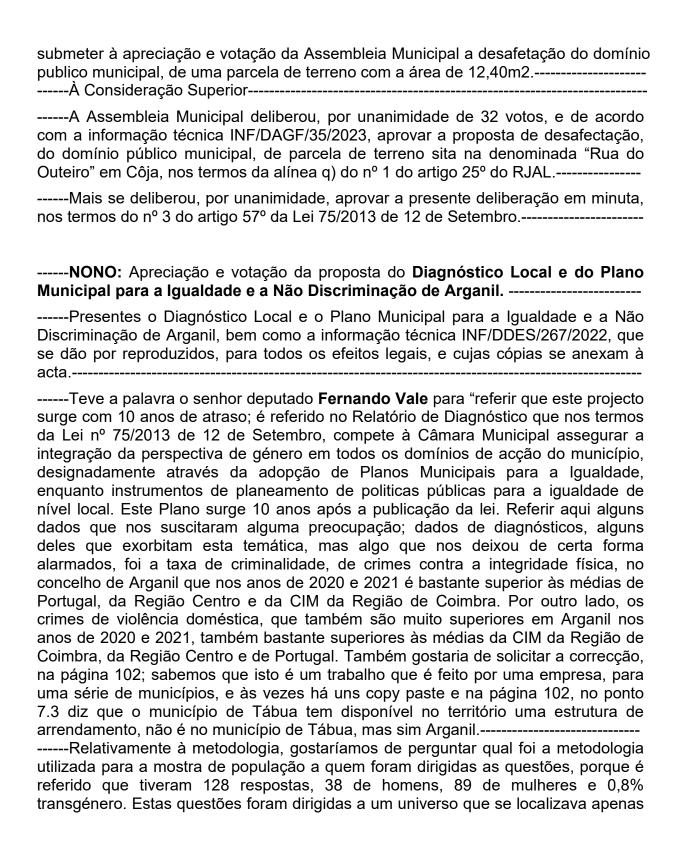






* prédio urbano com a área total de 55 m2, sito no lugar de Outeiro, União das freguesias de Côja e Barril de Alva, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 433° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 5426 (doravante prédio 3);
* prédio urbano com a área total de 45 m2, sito no lugar de Outeiro, União das freguesias de Côja e Barril de Alva, inscrito na respetiva matriz predial urbana da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva sob o artigo 435° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 2835 (doravante prédio 4)
2) É intenção do proprietário ceder ao Município de Arganil uma área total de 17,50 m2 respeitante aos quatro prédios urbanos de sua propriedade para alargamento da rede viária "Rua do Outeiro" em Côja, conforme documento que se anexa (Anexo A) e que a seguir se discrimina:
* Prédio 1 – cedência de 2,40 m2;
* Prédio 2 – cedência de 8,80 m2;* Prédio 3 – cedência de 3,05 m2;
* Prédio 4 – cedência de 3,25 m2
3) É interesse do Município de Arganil aceitar a cedência para alargamento da
citada rede viária financiaria mala llabinariada a la Municípia de efete "a
4) Por sua vez é requerido pela Urbiramada que o Município, desafete "no mesmo local, diga-se na Rua do Outeiro uma área de 11.40m2 e uma área de 1m2, junto ao referido prédio urbano sem que contudo a referida área tenha qualquer interesse publico uma vez que não tem qualquer utilização e não está afecto a qualquer interesse público", conforme alegado no anexo B que aqui se junta
Cumpre informar:
Nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal. Neste caso, através de ato administrativo, a Assembleia Municipal, por imperativos de interesse público (alargamento da rede viária), poderá desafetar o bem do domínio público municipal
Em suma, a parcela de terreno em causa, deixa de servir o fim de utilidade pública a que se encontra afeta ou adstrita por motivos de interesse devidamente fundamentados e atendíveis
Assim, cabe à Câmara Municipal, após análise e discussão da proposta apresentada e concordando com a mesma, propor ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal







na sede do município, foram alargadas a outras freguesias, há uma representatividade territorial desta amostragem ou não? Porque as respostas podem ser diferentes em S. Martinho da Cortiça ou no Piódão, ou em Arganil, ou em Côja, por exemplo; convém saber qual a metodologia que foi utilizada, qual é a representatividade desta amostra, a nível territorial no concelho de Arganil que poderá eventualmente dar respostas muito diferentes das que obtivemos, com uma amostragem eventualmente feita apenas na sede do concelho; não sei, por isso é que estou a perguntar. Depois, considerar que, por exemplo ao nível do desporto, o inquérito enviado às organizações locais de desporto para responder, foi obtida uma resposta; eu não sei se não seria conveniente reforçar o pedido de resposta destas entidades porque uma resposta apenas é muito pouco e tem uma representatividade muito baixa. O mesmo em empresas, foram obtidas 12 respostas, quando no Relatório se identifica um número de empresas consideravelmente superior a 12; poderão ser 12 empresas que tenham uma representatividade a nível de trabalhadores muito grande, mas julgo que poderia ser alargado este universo a mais empresas."-----

-----Teve a palavra a senhora vereadora **Elisabete Oliveira** para "começar por agradecer a leitura atenta que nos permitiu não só receber algumas das questões que me parecem mais relevantes, como também a correcção identificada na página 102, à qual vamos proceder. Dar nota das percentagens relacionadas quer com a criminalidade quer com a violência doméstica; permitam-me que dê destaque à questão da violência doméstica porque é um daqueles assuntos em que nunca se percebe se ter uma percentagem elevada é um problema ou se, de alguma forma, começa a mostrar que estamos a caminho da solução. É uma situação transversal a esta região e nós reconhecemo-lo, mas o aumento das sinalizações também nos permite ir percebendo que há um aumento das denúncias, que há um aumento do acompanhamento das situações quando de facto há uns anos se verificava um encobrimento muito significativo destas situações que não nos permitiam depois, percentualmente, ter consciência dessa realidade. Esta percentagem, não nos tirando a preocupação, também demonstra e traduz o trabalho que tem sido desenvolvido e que torna mais visível esta situação e dar nota que, relativamente ao



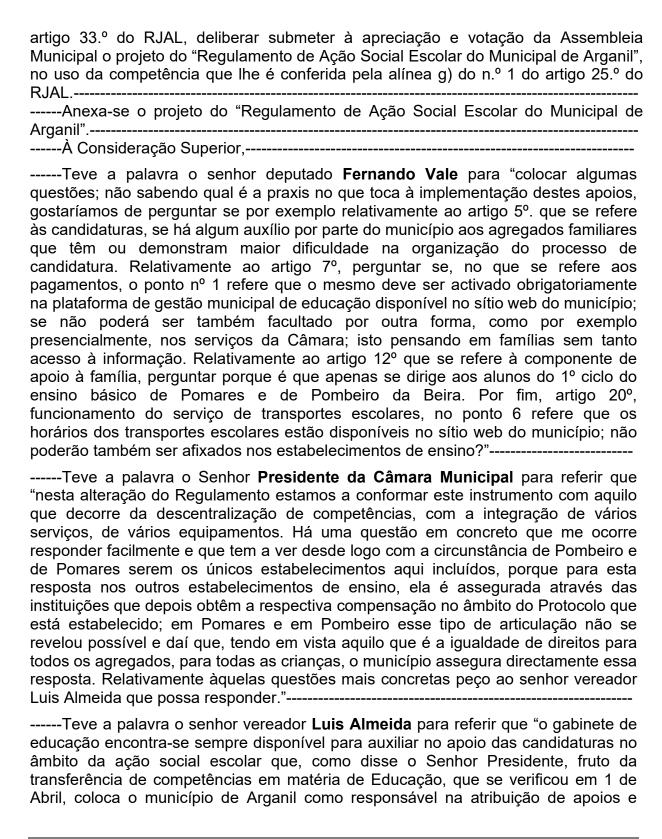
lapso que nos trouxe aqui, relativamente ao município de Tábua, temos uma resposta neste momento que se tem revelado muito importante, desenvolvida pela Adiber, em 4 concelhos, Tábua, Oliveira do Hospital, Góis e Arganil, temos desenvolvido um trabalho de muita proximidade sobretudo no acompanhamento sobretudo às vítimas de violência doméstica e às entidades; este gabinete intermunicipal de apoio às vítimas, que permite que esta situação não esteja diagnosticada seja motivo de preocupação, mas também esteja no terreno a ser desenvolvido um trabalho que lhe responde e por isso acho que também deve ser dado destaque a essa questão. Quanto aos processos participativos, além de um contacto que procurámos que fosse o mais personalizado possível, designadamente com muitos contactos telefónicos onde havia uma insistência para que fosse dada a resposta, através de questionários online, houve no que diz respeito à comunidade e à população, articulação com as Juntas de Freguesia, mas sobretudo foi colocado online um questionário ao qual todas as pessoas que vivem no concelho podiam responder, portanto desse ponto de vista a amostra não é circunscrita e no que diz respeito às associações e às empresas, houve um primeiro periodo de resposta, houve depois um alargamento desse periodo de resposta, houve uma insistência por parte do gabinete da Presidência e em alguns casos da minha parte, exactamente porque considerávamos que a representatividade não era a desejada. No entanto os processos participativos são essenciais mas também são um desafio, acho que as entidades ainda têm alguma dificuldade em reconhecer a importância do seu contributo para que tenhamos retratos o mais finos possível. Creio que com o tempo que tivemos fizemos o trabalho que nos cabia de insistência para termos mais respostas; não foi possível, é o documento possível e creio que também com a existência deste documento, no futuro será possível termos mais facilidade em termos a participação que torna os documentos mais robustos."-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que "esse documento foi já elaborado e aprovado em sede de reunião de Câmara. Quando eu falava da Lei da



Paridade, o Partido Social Democrata cumpre a Lei da Paridade desde logo naquilo que tem a ver com a Câmara Municipal e naquilo que tem a ver com cada uma das Juntas de Freguesia, que cumpre de uma forma exemplar aquilo que está estabelecido na lei particularmente neste aspecto de igualdade, de participação, de oportunidade, de não discriminação; é isso que temos não apenas nas palavras mas também naquilo que tem a ver com a representação política, algo que deve ser um exemplo também naquilo que tem a ver com as nossas palavras e não apenas palavras sem consequência, depois do ponto de vista prático."----------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DDES/267/2022, aprovar a proposta do Diagnóstico Local e do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação de Arganil.----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------DÉCIMO: Apreciação e votação da proposta do Projecto de Regulamento de Ação Social Escolar do Município de Arganil, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL. -----------Presente o projecto de Regulamento de Ação Social Escolar do Município de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta, bem como a informação técnica INF/DDES/7/2023, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------Exmo. Sr. Vereador Luís Almeida,----------Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar.----------Considerando que:-------- A Câmara Municipal de Arganil, em sua reunião ordinária realizada em 27 de setembro de 2022, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, aprovar o início do procedimento de alteração do "Regulamento de Ação Social Escolar do Municipal de Arganil";--------Cumprindo o procedimento previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado, no dia 24 de novembro de 2022, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração projeto de regulamento;---------Decorrido este prazo, não se verificou a constituição de interessados, nem foram apresentados contributos para a elaboração do citado projeto de regulamento.----------Submeto à consideração de V. Exa a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do

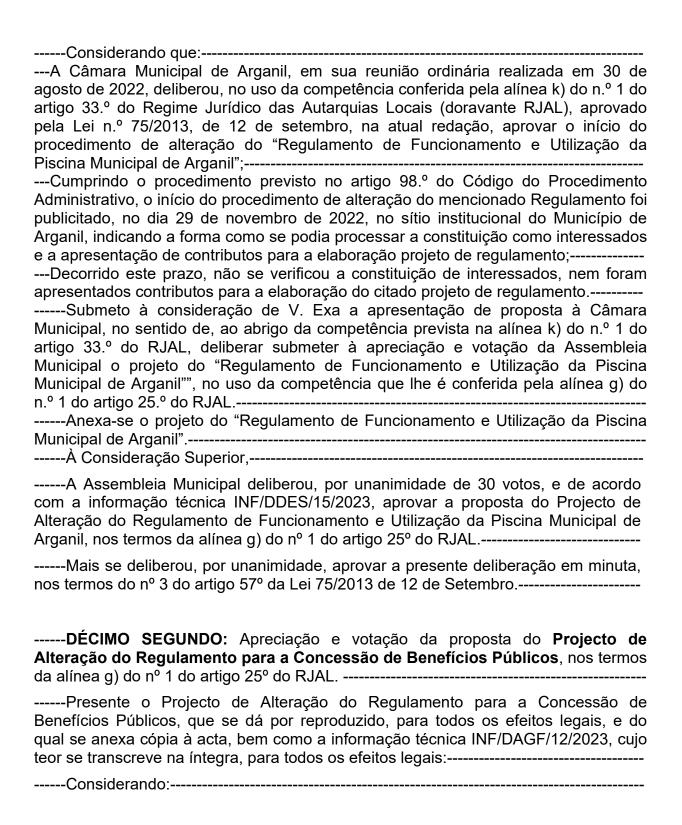




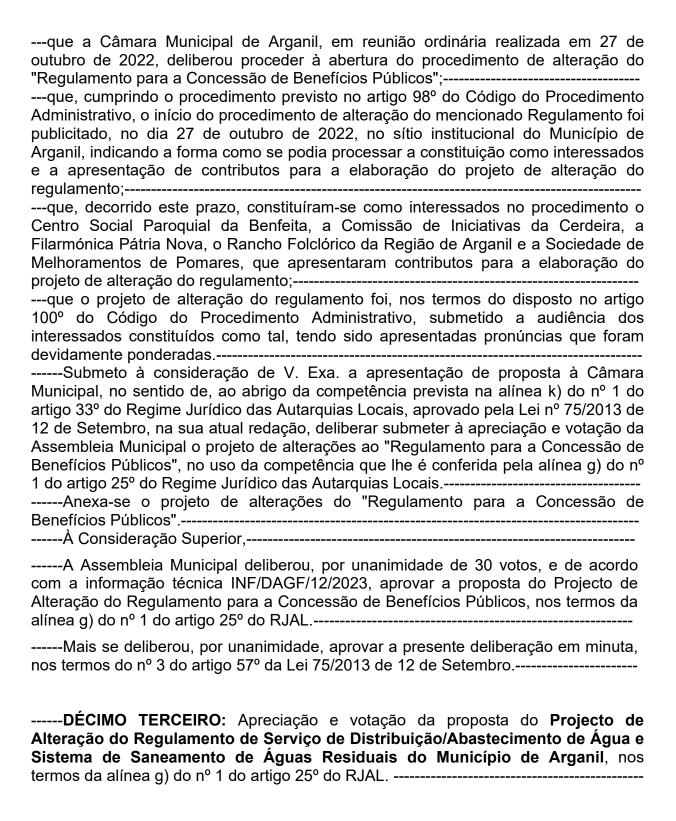


também de candidaturas, desde o pré-escolar ao ensino secundário. Relativamente ao pagamento, no ano lectivo 2022-2023 o Município de Arganil adquiriu a Plataforma SIGA implementando o Cartão Municipal Escolar, onde existem várias modalidades de pagamento, ou seja, as famílias têm a possibilidade de pagar por Multibanco, MBWay e, através da rede de estabelecimentos Payshop, que abrange todas as localidades onde se encontram os nove estabelecimentos da rede de ensino público do concelho. Com esta medida, fruto da experiência em outros concelhos, de natureza similar ao nosso, com a possibilidade de incluir a rede Payshop, conseguimos chegar a todos os agregados familiares; volto a dizer, desde o início, particularmente neste ano lectivo, o gabinete de Educação, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Arganil, designadamente com os senhores coordenadores e os senhores directores de turma, temos estado em articulação com as famílias. Este sistema não é estranho para todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil, uma vez que o Agrupamento já praticava este tipo de solução a partir do 5º ano; aqui a novidade foi que este ano, estendemos ao pré-escolar e primeiro ciclo, alargado ao secundário, uma vez que passou a ser da nossa responsabilidade. Trata-se de um cartão escolar pré-pago e ajustámos a nossa prática àquilo que já vinha sendo a prática do 2º e 3º ciclos e ensino secundário. Relativamente à afixação do Plano de Transportes Escolares nos estabelecimentos de ensino, vou fazer essa sugestão ao Agrupamento, embora tenha conhecimento que, para além da publicação na sua página, quer o Agrupamento quer a Associação de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Arganil já o fazem e transmitem essa informação."-----------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DDES/7/2023, aprovar a proposta do Projecto de Regulamento de Ação Social Escolar do Município de Arganil, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL.----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e votação da proposta do Projecto de Alteração do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do RJAL. -----------Presente o Projecto de Alteração do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta, bem como a informação técnica INF/DDES/15/2023, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:--------Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar.-----





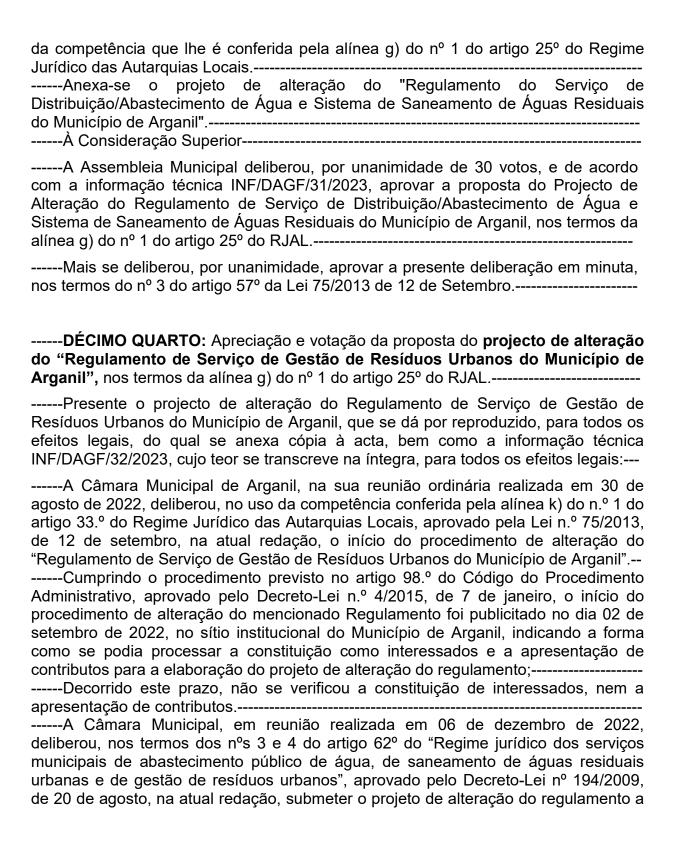




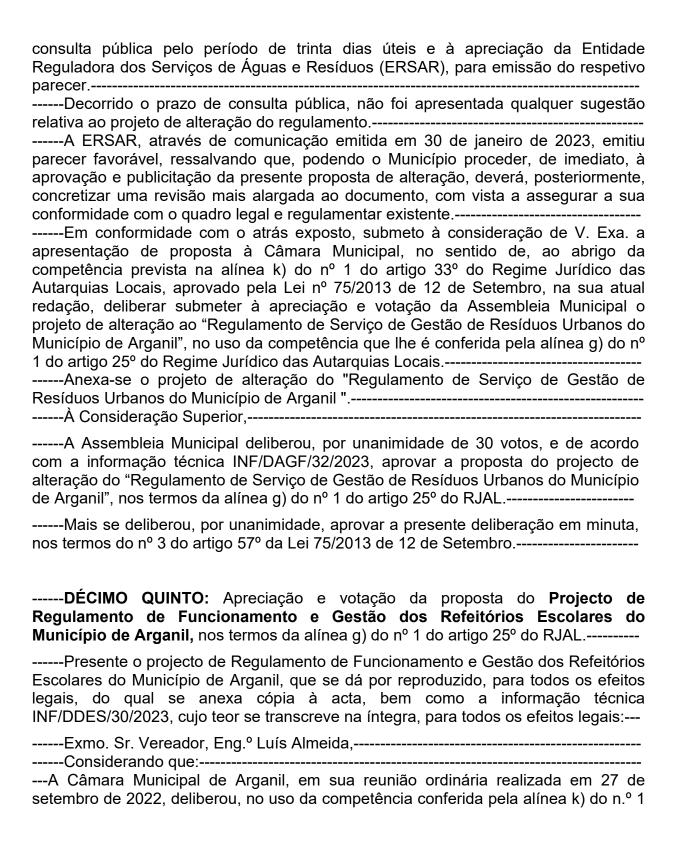


-----Presente o projecto de alteração do Regulamento de Serviço Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, do qual se anexa cópia à acta, bem como a informação técnica INF/DAGF/31/2023, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------A Câmara Municipal de Arganil, na sua reunião ordinária realizada em 30 de agosto de 2022, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, o início do procedimento de alteração do "Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil".----------Cumprindo o procedimento previsto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento de alteração do mencionado Regulamento foi publicitado no dia 02 de setembro de 2022, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de alteração do regulamento;----------Decorrido este prazo, não se verificou a constituição de interessados, nem a apresentação de contributos.----------A Câmara Municipal, em reunião realizada em 06 de dezembro de 2022, deliberou, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 62º do "Regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos", aprovado pelo Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, na atual redação, submeter o projeto de alteração do regulamento a consulta pública pelo período de trinta dias úteis e à apreciação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para emissão do respetivo -----Decorrido o prazo de consulta pública, não foi apresentada qualquer sugestão relativa ao projeto de alteração do regulamento.----------A ERSAR, através de comunicação emitida em 30 de janeiro de 2023, emitiu parecer favorável, ressalvando que, podendo o Município proceder, de imediato, à aprovação e publicitação da presente proposta de alteração, deverá, posteriormente, concretizar uma revisão mais alargada ao documento, com vista a assegurar a sua conformidade com o quadro legal e regulamentar existente.---------Em conformidade com o atrás exposto, submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de alteração ao "Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil", no uso

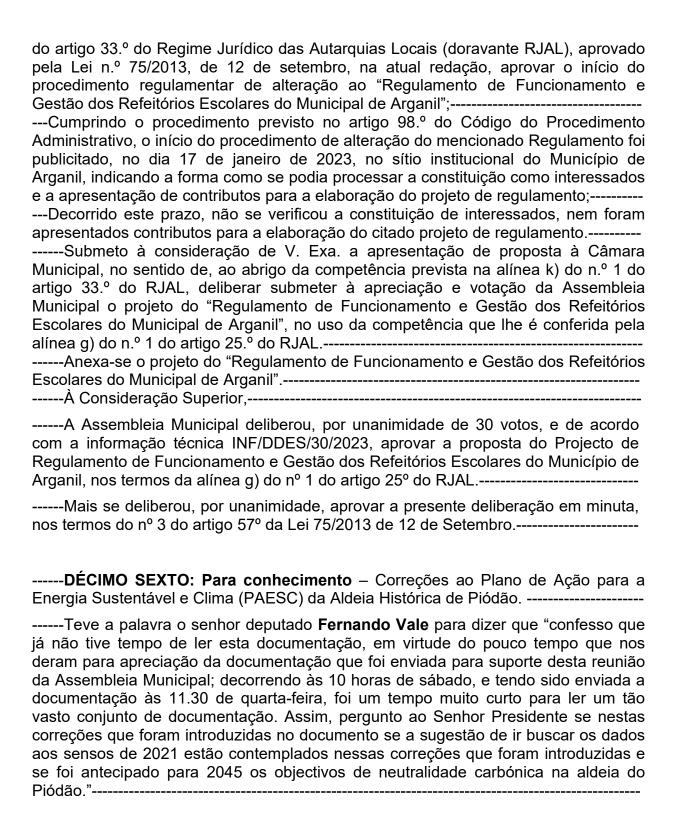








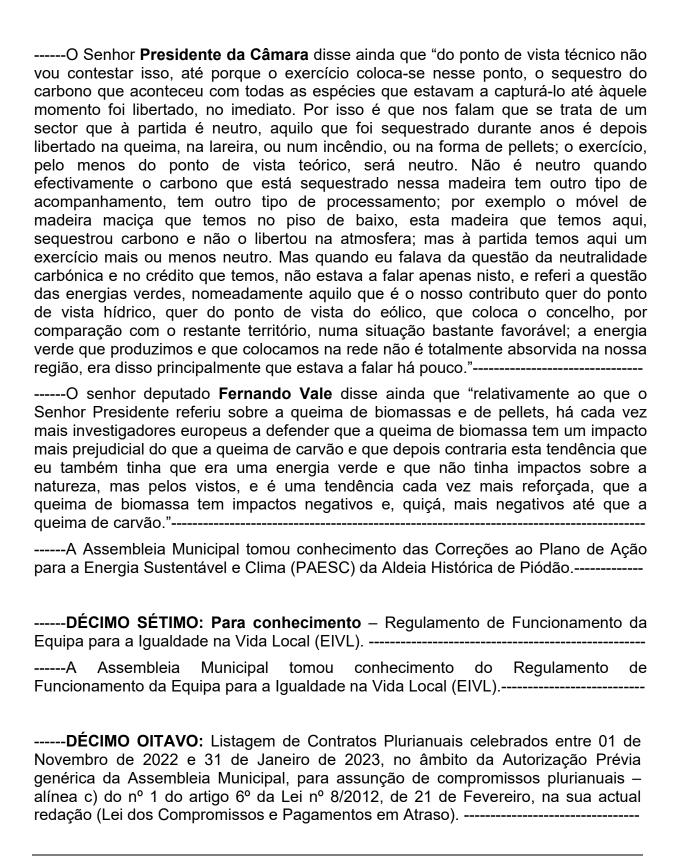






-----Teve a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que "havia várias questões suscitadas nesta matéria, algumas que eram claramente gralha, como a circunstância dos Bombeiros Voluntários do Piódão; depois havia as questões mais críticas e eu concordo com o entendimento que então aqui manifestou relativamente à pertinência de utilizar os dados dos sensos de 2021. Aquilo que a Associação das Aldeias Históricas nos respondeu entretanto relativamente a essa matéria, justifica com vários argumentos que me parecem razoavelmente válidos; por um lado, no momento em que foi feita a contratação deste serviço, e foi contratado para todas as aldeias em simultâneo, pela Associação das Aldeias Históricas, nesse momento, os únicos dados definitivos que estavam disponíveis eram os de 2011 e nesse sentido reforçam a inconveniência de, para este trabalho, e nesta sede, estarem a reformular todos os documentos, que teriam que ser reformulados em todas as Aldeias Históricas; sustentam e justificam essa opção. Mas sustentam-na também com outro aspecto que tem a ver com aquilo que foi feito nesta matéria entre 2011 e 2021 e houve efectivamente progressos práticos, e pode efectivamente e é um dos argumentos colocado no ofício que foi distribuído, pode ser mais útil uma comparação que considere os dados disponíveis de 2011 do que propriamente aqueles que já eram mais evoluídos em 2021.-----------Relativamente à questão da neutralidade carbónica, em relação ao Piódão, não tenho dúvida nenhuma que somos altamente credores de carbono; aliás, esse é um exercício que pretendemos que seja feito de uma forma alargada a todo o território, particularmente o território da Comunidade Intermunicipal, porque claramente esse credito não pode deixar de ser considerado, não apenas nesta matéria, naquilo que são os objectivos, naquilo que são as metas para o país mas naquilo que também é o contributo destas regiões para o próprio país e todos concordaremos que o contributo nomeadamente ao nível daquilo que é designado como sabe melhor do que eu, de serviços de ecossistemas, é significativo no nosso território, mas não é só a esse nível, desde logo do ponto de vista da produção energética verde, da energia renovável, somos altamente credores a nível nacional. O Piódão está, no que tem a ver com as metas de neutralidade carbónica, altamente credor e não vai ficar nunca, com os dados que temos hoje, numa situação deficitária, mas percebo a sua preocupação do ponto de vista geral."-----







Presente a inform					
A Assembleia Mu Genérica da Assemble alínea c) do nº 1 do a redação - Lei dos Com	nicipal tomou eia Municipal, artigo 6º da L	conheciment , para assunç ei nº 8/2012,	o, no âmbito ção de comp de 21 de Fo	da Autoriza promissos pl evereiro, na	ação Prévia urianuais – sua actual
DÉCIMO NONO Presidente da Câmara Financeira do mesmo.	a acerca da <i>A</i>	Actividade do	Município, b	em como d	la Situação
A Assembleia l correspondente ao per do Relatório de Ac 31/01/2023	riodo de 01/01 ctividades, co	/2022 a 31/12 orrespondente	2/2022 e 01/0 e ao period)1/2023 a 3′ do de 13/	I/01/2023 e 11/2022 a
	EN	NCERRAMENT	0		
Não havendo mai sessão, quando erar Deputados	m treze hora	as e agrade	ceu a colal	boração de	todos os
Para constar se la assinar, junto do Senh					